

Brazil

Mid-Term Evaluation

**Thematic window: Children, Food security
& Nutrition**

**Programme Title: MDGs beyond averages: Promoting Food
Security and Nutrition for Indigenous
Children in Brazil**

Author: Carmen Lahoz, Consultant

Prologue

The current mid-term evaluation report is part of the efforts being implemented by the Millennium Development Goal Secretariat (MDG-F), as part of its monitoring and evaluation strategy, to promote learning and to improve the quality of the 128 joint programs in 8 development thematic windows according to the basic evaluation criteria inherent to evaluation; relevance, efficiency, effectiveness and sustainability.

The aforementioned mid-term evaluations have been carried out amidst the backdrop of an institutional context that is both rich and varied, and where several UN organizations, working hand in hand with governmental agencies and civil society, cooperate in an attempt to achieve priority development objectives at the local, regional, and national levels. Thus the mid-term evaluations have been conducted in line with the principles outlined in the Evaluation network of the Development Assistant Committee (DAC) - as well as those of the United Nations Evaluation Group (UNEG). In this respect, the evaluation process included a reference group comprising the main stakeholders involved in the joint programme, who were active participants in decisions making during all stages of the evaluation; design, implementation, dissemination and improvement phase.

The analysis contained in the mid-term evaluation focuses on the joint program at its mid-term point of implementation- approximately 18 months after it was launched. Bearing in mind the limited time period for implementation of the programs (3 years at most), the mid-term evaluations have been devised to serve as short-term evaluation exercises. This has limited the scope and depth of the evaluation in comparison to a more standard evaluation exercise that would take much longer time and resources to be conducted. Yet it is clearly focusing on the utility and use of the evaluation as a learning tool to improve the joint programs and widely disseminating lessons learnt.

This exercise is both a first opportunity to constitute an independent “snapshot” of progress made and the challenges posed by initiatives of this nature as regards the 3 objectives being pursued by the MDG-F; the change in living conditions for the various populations vis-à-vis the Millennium Development Goals, the improved quality in terms of assistance provided in line with the terms and conditions outlined by the Declaration of Paris as well as progress made regarding the reform of the United Nations system following the “Delivering as One” initiative.

As a direct result of such mid-term evaluation processes, plans aimed at improving each joint program have been drafted and as such, the recommendations contained in the report have now become specific initiatives, seeking to improve upon implementation of all joint programs evaluated, which are closely monitored by the MDG-F Secretariat.

Conscious of the individual and collective efforts deployed to successfully perform this mid-term evaluation, we would like to thank all partners involved and to dedicate this current document to all those who have contributed to the drafting of the same and who have helped it become a reality (members of the reference group, the teams comprising the governmental agencies, the joint program team, consultants, beneficiaries, local authorities, the team from the Secretariat as well as a wide range of institutions and individuals from the public and private sectors). Once again, our heartfelt thanks.

The analysis and recommendations of this evaluation report do not necessarily reflect the views of the MDG-F Secretariat.

**FUNDO ESPANHOL PARA O ALCANCE DOS OBJETIVOS DO MILENIO
(F-ODM PNUD/Espanha)**

Janela Temática: Criança, Segurança Alimentar e Nutrição



**Segurança Alimentar e Nutricional
de Mulheres e Crianças Indígenas no Brasil**

Avaliação de Meio Termo

Relatório Final

**Carmen Lahoz
28 Agosto 2011**

Índice

Sumario Executivo

1. Antecedentes e objetivo da avaliação
 - 1.1 O F-ODM e a Janela Temática “Criança, Segurança Alimentar e Nutrição”
 - 1.2 Objetivos da avaliação intermédia
 - 1.3 Enfoque da avaliação e metodologia utilizada
 - 1.4 Condicionantes e limites do estudo realizado
 - 1.5 Estrutura do relatório
2. Descrição do Programa
 - 2.1 Descrição do Programa
 - 2.2 Arranjos institucionais
3. Níveis de análise: Critérios e perguntas de avaliação
 - 3.1 Principais avanços e efeitos emergentes
 - 3.2 O desenho do programa
 - 3.2 O processo de implementação
 - 3.3 A sustentabilidade
4. Conclusões
5. Recomendações

ANEXOS

- Anexo I: Documentos consultados
- Anexo II: Pessoas entrevistadas durante a missão
- Anexo III: Comunidades visitadas
- Anexo IV: Agenda da missão
- Anexo V: Parceiros das agências da ONU e contratos assinados

Agradecimentos

A consultora agradece aos representantes das instituições públicas brasileiras, as agências da ONU, ao Coordenador Residente do Sistema de Nações Unidas, as entidades da sociedade civil e as universidades pela colaboração e disponibilidade para participar nas reuniões e entrevistas organizadas durante a missão de avaliação. Agradece também às lideranças indígenas, pajés, parteiras e aos homens e mulheres indígenas do município de Dourados e a região do Alto Solimões por compartilhar os seus conhecimentos e preocupações, e facilitar as vistas as suas comunidades. Por último, um agradecimento muito especial aos meus companheiros de viagem, os pontos focais das agências da ONU e a representante do Escritório de Coordenador Residente. Todos tiveram uma grande paciência, foram críticos com seu trabalho e abertos para aceitar recomendações, e sobre tudo, suportaram dias de trabalho muito longos e intermináveis perguntas e pedidos de informação pela minha parte, sempre bem dispostos e com o sorriso nos lábios. Muito obrigada.

Sumário Executivo

O F-ODM e a Janela Temática “Criança, Segurança Alimentar e Nutrição”

O Fundo F-ODM foi estabelecido a través de um acordo de cooperação entre o Governo da Espanha e o PNUD assinado em Dezembro de 2006 pelo valor de 528 milhões de Euros. Em Setembro de 2008 se assinou um acordo complementar por um valor adicional de 90 milhões de Euros para a janela temática de criança, segurança alimentar e nutrição. O fundo articula-se em oito janelas temáticas e opera a través das agencias da ONU promovendo o fortalecimento da coerência e eficácia das intervenções de desenvolvimento a través da colaboração entre agencias, fundos e programas das Nações Unidas. Neste momento existem 128 programas aprovados em 49 países que operam baixo a modalidade de programas conjuntos.

Na Janela Temática “Criança, Segurança Alimentar e Nutrição”, que visa contribuir a atingir as metas dos ODM de reduzir a mortalidade infantil e erradicar a pobreza extrema e a fome, têm sido aprovados 24 projetos por valor de 134,5 milhões de dólares. Todos eles tratam de contribuir a melhorar a segurança alimentar e nutrição de crianças e mulheres através do fortalecimento das capacidades do governo, mais com diferentes enfoques e estratégias de atuação.

Objetivos da avaliação intermédia

A Estratégia de Monitoramento e Avaliação do Secretariado do F-ODM e a Guia de Implementação do PC estabelecem que todos os programas conjuntos com uma duração superior a dois anos têm que ser objeto de uma avaliação intermédia. Pela sua natureza, estas avaliações são essencialmente formativas, procurando gerar conhecimento, identificar boas práticas e lições apreendidas bem como sugerir mecanismos e ações para superar as dificuldades encontradas, a fim de melhorar a implementação do programa durante a segunda fase. Como resultado, se espera que as conclusões e recomendações sejam de grande utilidade para os membros do Comitê Gestor de PC, o Comitê Diretivo Nacional e o Secretariado do F-ODM.

Os objetivos específicos de esta avaliação intermédia são os seguintes:

1. Conhecer a qualidade do desenho e coerência interna do programa (necessidades e problemas que pretende solucionar) e a sua coerência externa com o UNADF, as estratégias nacionais de desenvolvimento e os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, assim como o nível de apropriação nacional nos termos definidos na Declaração de Paris e na Agenda para a Ação de Acra.
2. Compreender o funcionamento de PC e avaliar a eficiência do modelo de gestão na planificação, coordenação, gestão e execução dos recursos alocados para a sua implementação, a partir do análise dos procedimentos e mecanismos institucionais, que permita revelar os fatores de sucesso e as limitações do trabalho inter-agencia no marco do ONE UN.
3. Identificar o nível de eficácia do programa nos seus participantes, a sua contribuição aos objetivos da janela temática Criança, Segurança Alimentar e Nutrição, e aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) a nível local e/ou nacional

Metodologia

Nesta avaliação se tem adotado um enfoque misto, que combina um enfoque dedutivo para avaliar os aspectos de eficácia e eficiência, através da formulação de hipóteses antes da missão e a sua posterior verificação, e um enfoque indutivo baseado na observação e investigação para medir o impacto e a sustentabilidade.

Para a coleta de informação se realizou uma revisão documental dos relatórios e documentos produzidos pelo programa e de documentos estratégicos do Governo e outras instituições nacionais; se

realizaram entrevistas para obter informação de primeira mão dos atores envolvidos no programa e corroborar as hipóteses formuladas; e se visitaram as comunidades para conhecer os seus meios de vida e condições de saúde e nutrição, através da observação direta.

Descrição do programa

O programa conjunto “Segurança Alimentar e Nutricional de Mulheres e Crianças Indígenas no Brasil” (a partir de agora PC) foi aprovado em Dezembro de 2009 com um orçamento de USD 6 milhões e uma duração prevista de três anos. Cinco agências das Nações Unidas (OPAS, UNICEF, PNUD, FAO e OIT) participam na sua implementação, tendo a liderança compartilhada entre a OPAS e a UNICEF.

O programa tem como objetivo geral contribuir com a melhoria da segurança alimentar e nutricional de crianças e mulheres indígenas vulneráveis no município de Dourados e na região de Alto Solimões. O eixo estrutural consiste na ampliação do acesso a serviços e políticas públicas considerando os aspectos culturais e sociais da população alvo. Todas as atividades relacionadas com o incremento do fornecimento de serviços de segurança alimentar, nutrição e saúde são coordenadas por meio de ações de empoderamento dos povos indígenas.

Principais constatações

A avaliação tem verificado avanços significativos desde finais de 2010, principalmente na realização de diagnósticos realizados com o intuito de conhecer e analisar a situação e problemática das diferentes dimensões da segurança alimentar dos povos indígenas para identificar as necessidades de fortalecimento institucional e criação de capacidades das instituições que implementam as políticas públicas para estas comunidades. Em relação com o fortalecimento institucional e o empoderamento dos povos indígenas, as principais contribuições referem-se à difusão de materiais culturalmente para a disseminação dos direitos dos povos indígenas e ao papel articulador do programa para conseguir a participação dos povos indígenas em conselhos e comissões nacionais (CONSEA e CONAETI) para dar visibilidade e apresentar a problemática indígena nestes fóruns de discussão.

A avaliação tem detectado alguns problemas que derivam, principalmente, do frágil desenho do programa. A limitada participação dos atores locais e das comunidades indígenas na fase de desenho tem contribuído a uma identificação parcial dos problemas que enfrentam os povos indígenas, focalizando as atividades do programa nas áreas de saúde e a nutrição, e dando uma menor prioridade às atividades produtivas e de geração de renda. Além disso, as atividades foram definidas de forma muito vaga aberta, detectando-se falta de coerência entre algumas atividades e de consistência com os produtos e resultados esperados.

O modelo de governança, que opera através de comitês locais sem contar com a presença de um coordenador que articule os componentes do programa e apóie a execução global das atividades, tem resultado totalmente insuficiente para lograr uma coordenação eficaz e bem articulada das atividades.

Identificaram-se atrasos e dificuldades importantes na elaboração das ferramentas de monitoramento e avaliação. A linha de base continua sem estar finalizada e o plano de monitoramento e avaliação encontra-se em processo de revisão para estabelecer sinergias e complementaridades entre as atividades para lograr resultados conjuntos.

Recentemente se tem iniciado ações dirigidas a documentar, sistematizar e difundir as boas práticas para dar uma maior visibilidade a esta experiência piloto que tem um grande potencial como referência de trabalho inter-setorial de segurança alimentar e nutricional visando a integração dos povos indígenas nas políticas públicas.

A seguir, se apresentam as conclusões e recomendações da avaliação:

Conclusões

As conclusões resultantes da informação compilada e da análise realizado são as seguintes:

1. A implementação do PC constitui um processo de aprendizagem complexo para as instituições governamentais e para as agências da ONU devido ao seu caráter multi-setorial e inter-agencial. A experiência representa um grande desafio para todos os atores que requiere de uma grande colaboração e cooperação.
2. O PC é pertinente com as iniciativas do Governo brasileiro e com os objetivos e lógica dos programas conjuntos da Janela Temática Infância, Segurança Alimentar e Nutrição, na medida em que pretende melhorar as políticas públicas direcionadas aos povos indígenas através da intensificação do diálogo com suas lideranças e comunidades visando a realização progressiva dos direitos humanos dos povos indígenas.
3. O PC foi desenhado pelas agências da ONU em colaboração com as contrapartes governamentais do nível nacional, mais sem a participação real das instituições locais e as comunidades indígenas. Como resultado, o programa focalizou as suas atividades nas áreas de saúde e a nutrição, mesmo que são áreas que requerem uma atenção especial, não representam o problema mais grave que enfrenta o povo indígena nas áreas de intervenção esta relacionado com a falta de meios de vida sustentáveis (produção agrícola e atividades geradoras de renda) para além de outros problemas de índole social. A falta de participação no desenho tem contribuído á limitada apropriação do processo de implementação no nível local.
4. O PC tem experimentado avanços significativos desde finais de 2010, entre os que destacam os diagnósticos e a troca de saberes sobre diferentes temáticas (saúde, segurança alimentar, nutrição, capacidades produtivas, geração de renda, recursos naturais, direitos humanos...) realizados de maneira participativa para identificar a situação e as demandas das comunidades indígenas, com o objetivo de promover o planejamento coletivo de ações intersectoriais e a integração nas políticas publicas. A participação dos povos indígenas em fóruns de discussão locais e nacionais (CONSEA e a CONAETI), facilitada pelo Programa, constitui uma boa pratica no processo de empoderamento dos povos indígenas para exigir os seus direitos.
5. O PC, a traves dos diagnósticos realizados, dispõe de suficiente informação sobre os problemas e necessidades das comunidades indígenas nas áreas de intervenção para poder realizar uma revisão do programa a fim de alinhar as suas atividades com os interesses manifestados pelos povos indígenas, como estava previsto. Os diagnósticos, tem levantado muitas expectativas entre as comunidades pelo que se considera urgente realizar esta revisão do programa de maneira participativa.
6. O PC deve por mais ênfase no fortalecimento institucional para aumentar o acesso e melhorar os programas e políticas publicas direcionadas aos povos indígenas. Tem-se realizado algumas ações dirigidas ao fortalecimento dos serviços de saúde mais a maioria das atividades realizadas estão mais relacionadas com o diagnostico da situação e a melhora no fornecimento dos serviços públicos. O papel do PC deve estar mais relacionado com o fortalecimento de capacidades a articulação inter-setorial com outros atores.
7. O sistema de governança estabelecido precisa ser reforçado. O PC carece de uma liderança com visão global do programa, capaz de dar coerência e procurar sinergias e complementaridades entre as numerosas atividades e produtos, para conseguir lograr resultados conjuntos. A coordenação entre as agências da ONU é limitada embora esta a melhorar ultimamente.
8. Os comitês locais criados para a coordenação do PC no nível local não funcionam devido a vários fatores: a ausência de um ponto focal que se responsabilizasse pela articulação dos atores locais, a falta de compreensão dos objetivos do PC por parte dos atores locais, e a falta

de tempo de estes atores para participar ativamente nas atividades. No obstante, os atores locais consideram necessário criar ou fortalecer um espaço inter-setorial para refletir e analisar coletivamente temas transversais que afetam a segurança alimentar dos povos indígenas.

9. Devido aos grandes atrasos na elaboração da linha de base e no plano de monitoramento e avaliação, não está a ser realizado o monitoramento do programa adequadamente e vai ser difícil medir o impacto. Os três indicadores selecionados para a linha de base (baixo peso, mortalidade infantil e vacinação) não estão diretamente relacionados com as atividades, produtos e resultados do programa, e os dados dos diagnósticos complementários ainda não foram trasladados a linha de base.
10. A harmonização dos procedimentos administrativos e financeiros das agências da ONU é essencial para uma implementação eficiente e eficaz dos programas conjuntos.

Recomendações

1. Recomenda-se realizar uma revisão em profundidade do PC respeito da sua formulação no PRODOC. Esta revisão tem dois objetivos principais: 1) alinhar as atividades com as demandas e necessidades apresentadas pelas comunidades indígenas nos diagnósticos realizados no marco do programa, e 2) melhorar a coerência e consistência das atividades para lograr resultados mais sustentáveis. Também se deve fazer uma revisão das estratégias operacionais, de modo que permitam uma maior consolidação dos planos locais e, conseqüentemente, a identificação mais clara dos resultados alcançados pelo PC
2. Para realizar esta revisão do programa recomenda-se organizar uma oficina com os principais atores envolvidos, tanto a nível nacional como local. Um facilitador com experiência em desenho de programas é clave para conseguir os resultados esperados. Em esta oficina se deveriam elaborar os seguintes produtos:
 - O plano de trabalho para os restantes 16 meses do programa (setembro 2011 – dezembro 2012), desagregado para as duas áreas de intervenção. Este plano devera incluir atividades bem definidas e alguns indicadores chave de produtos e resultados. Se devera valorar a pertinência e relevância de cada uma das atividades definidas no PRODOC que ainda não foram implementadas, e a consistência com resto das atividades. Os representantes das comunidades indígenas e das instituições governamentais poderão sugerir novas atividades, sempre que sejam coerentes com a lógica do PC e que existam os recursos necessários para sua realização.
 - O calendário de atuação para todo o período restante com prazos concretos de início e finalização das atividades com o intuito de estabelecer sinergias e maximizar os recursos.
3. Para poder obter os resultados esperados da oficina de revisão do PC é necessário que exista um trabalho preparatório, pelo que:
 - Recomenda-se às agências da ONU que realizem coletivamente uma atualização da execução orçamental do programa bem como uma revisão dos contratos assinados e dos fundos comprometidos por cada agência. De esta maneira, serão capazes de apresentar na oficina o ponto da situação do programa e a disponibilidade de fundos para ser realocados a atividades que o grupo considere prioritárias. Para a realização de este exercício interno das agências da ONU é essencial que exista um grande espírito de colaboração, outorgando prioridade aos resultados do trabalho conjunto e às lições apreendidas nesta experiência piloto.
 - Recomenda-se que às instituições governamentais que participam no programa que realizem previamente um análise conjunto das necessidades de fortalecimento institucional para definir ações concretas que poderiam ser incluídas no programa

Segurança Alimentar e Nutricional de Mulheres e Crianças Indígenas no Brasil
Rascunho do Relatório Final da Avaliação do Meio Termo

4. Recomenda-se que uma vez aprovado o novo Plano de Trabalho se realize a revisão do Plano de Monitoramento e Avaliação para integrar indicadores concretos por produto e por resultado. Para monitorar os indicadores seria recomendável contar com um técnico de monitoramento, como estava previsto no PRODOC, encarregue de analisar e sistematizar os resultados e de elaborar e apresentar relatórios periódicos ao Comitê Gestor para que eventualmente possa tomar medidas corretivas.
5. Recomenda-se a contratação urgente do coordenador do programa e dos dois consultores responsáveis da coordenação das atividades do PC nas duas áreas e de apoiar às Coordenações Regionais da FUNAI. O coordenador do programa deveria ter como única tarefa articular os produtos do programa entre as agências da ONU e apoiar a execução e monitoramento global das atividades do PC. O coordenador deveria estar baseado no escritório do Coordenador Residente da ONU em Brasília. Não deve confundir-se a figura do coordenador do programa com a do assessor solicitado pela FUNAI para o seu fortalecimento institucional, que também deveria ser contratado.
6. Recomenda-se às agências da ONU avaliar o valor agregado da liderança compartilhada uma vez que se tenha contratado o coordenador do programa que assumirá parte das tarefas das agências líderes. A agência ou agências líderes deveriam atuar como porta-voz de todas as agências na interlocução técnica com o coordenador do PC e no diálogo político com as instituições governamentais.
7. Recomenda-se avaliar a opção de utilizar o Comitê Gestor de Ações Indigenistas Integradas do Grande Dourados e reforçar o Comitê Regional da FUNAI em Alto Solimões para que atuem como espaços inter-setoriais de análise e reflexão das questões relacionadas com a segurança alimentar dos povos indígenas. Os comitês deveriam estar liderados pela FUNAI e abertos a todas as instituições interessadas em participar. Um espaço destas características deveria ser criado no nível central.
8. Recomenda-se revisar o plano de comunicação e advocacy para incluir ações concretas de difusão das boas práticas do programa nas duas áreas de intervenção e um calendário de atividades. A consultora deveria visitar as áreas de intervenção e entrevistar aos principais atores como mecanismo de imersão na lógica do PC. Os materiais audiovisuais são essenciais para difundir os resultados entre as comunidades indígenas.
9. Para melhorar o fluxo de informação entre os diferentes atores recomenda-se que todos os documentos e relatórios relevantes ao programa sejam difundidos no Espaço Colaborativo informando por email a todos os atores da disponibilidade dos mesmos. No caso que seja necessário receber comentários e contribuições dos parceiros, se deverão especificar os prazos que deverão ser razoáveis.
10. Recomenda-se organizar uma reunião entre os responsáveis administrativos e financeiros das agências da ONU para tentar harmonizar os procedimentos e lograr uma implementação mais eficaz das atividades.

1. Antecedentes e objetivo da avaliação

1.1 O F-ODM e a Janela Temática “Criança, Segurança Alimentar e Nutrição”

O Fundo para o alcance dos Objetivos do Milênio (F-ODM) PNUD/Espanha foi estabelecido a través de um acordo de cooperação entre o Governo da Espanha e o PNUD assinado em Dezembro de 2006 pelo valor de 528 milhões de Euros. Em Setembro de 2008 se assinou um acordo complementário por um valor adicional de 90 milhões de Euros para a janela temática de criança, segurança alimentar e nutrição.

O fundo articula-se em oito janelas temáticas e opera a través das agencias do Sistema de Nações Unidas (ONU) no país, com o objetivo de fortalecer a coerência e eficácia das intervenções de desenvolvimento a través da colaboração entre agencias, fundos e programas das Nações Unidas. O fundo atua utilizando a modalidade de programas conjuntos (PC). Neste momento há 128 PC aprovados em 49 países das cinco regiões do mundo.

Na Janela Temática “Criança, Segurança Alimentar e Nutrição” têm sido aprovados 24 projetos por valor de 134,5 milhões de dólares. Constitui a janela temática mais voluminosa do F-ODM, representando 20% do valor total. O objetivo desta janela temática é contribuir a atingir as metas dos ODM de reduzir a mortalidade infantil e erradicar a pobreza extrema e a fome.

Os 24 PC abrangem muitos temas e resultados, mais existem algumas similitudes entre todos. A maioria contribuem a 1) melhorar a segurança alimentar e nutrição de crianças e mulheres, e 2) fortalecer as capacidades do governo para resolver os problemas de segurança alimentar e nutricional. A maioria dos resultados podem se enquadrar nestes dois temas, mais há uma grande variedade de intervenções diferentes, desde a provisão de pacotes nutricionais para os casos de desnutrição aguda ou a promoção de saúde entre as mulheres grávidas e lactantes para garantir melhores práticas nutricionais para os seus filhos, até ações de advocacy para a transversalização do direito a uma alimentação adequada nas políticas e programas nacionais.

1.2 Objetivos da avaliação intermédia

A Estratégia de Monitoramento e Avaliação do Secretariado do F-ODM e a Guia de Implementação do PC estabelecem que todos os programas conjuntos com uma duração superior a dois anos têm que ser objeto de uma avaliação intermédia.

As avaliações intermédias são por natureza formativas, e procuram gerar conhecimento, identificar boas práticas e lições aprendidos bem como sugerir mecanismos e ações para superar as dificuldades encontradas, a fim de melhorar a implementação do programa durante a segunda fase. Como resultado, se espera que as conclusões e recomendações sejam de grande utilidade para os membros do Comitê Gestor de PC, o Comitê Diretivo Nacional e o Secretariado do F-ODM.

Os objetivos específicos de esta avaliação intermédia são os seguintes:

1. Conhecer a qualidade do desenho e coerência interna do programa (necessidades e problemas que pretende solucionar) e a sua coerência externa com o UNADF, as estratégias nacionais de desenvolvimento e os Objetivos de Desenvolvimento do

Milênio, assim como o nível de apropriação nacional nos termos definidos na Declaração de Paris e na Agenda para a Ação de Acra.

2. Compreender o funcionamento de PC e avaliar a eficiência do modelo de gestão na planificação, coordenação, gestão e execução dos recursos alocados para a sua implementação, a partir do análise dos procedimentos e mecanismos institucionais, que permita revelar os fatores de sucesso e as limitações do trabalho inter-agencia no marco do ONE UN.
3. Identificar o nível de eficácia do programa nos seus participantes, a sua contribuição aos objetivos da janela temática Criança, Segurança Alimentar e Nutrição, e aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) a nível local e/ou nacional

1.3. Enfoque da avaliação e metodologia utilizada

O enfoque que se tem utilizado nesta avaliação é um enfoque misto, uma combinação de enfoque dedutivo e indutivo

Para avaliar os aspectos de eficácia e eficiência, se formularam umas hipóteses com base nas informações disponíveis antes da visita ao Brasil, que depois foram verificadas com as informações e testemunhas recolhidas durante a missão. Para medir o impacto e a sustentabilidade, foi utilizado um método mais indutivo, baseado na observação e investigação porque esta área de estudo é geralmente mais aberta e precisa de espaços para elementos não previstos no desenho inicial que surgiram durante as entrevistas e as visitas.

Os métodos que se tem utilizado para a coleta de informação são os seguintes:

1. Revisão documental

Foi analisada toda a documentação disponível sobre o PC (relatórios programáticos, relatórios semestrais, planos de trabalho anuais para 2010 e 2011, plano de monitoramento e avaliação e, plano de comunicação e advocacy bem como documentação específica de diversas atividades) e os documentos estratégicos do Governo e outras instituições nacionais que contribuía a enquadrar o PC no marco dos principais retos e prioridades nacionais.

Lista de documentos consultados no Anexo I

2. Entrevistas

O objetivo das entrevistas foi obter informação de primeira mão, dos atores envolvidos no PC, sobre o processo de implementação do programa, as suas fortalezas e dificuldades, e corroborar as hipóteses formuladas. As entrevistas foram um instrumento muito útil para descobrir elementos do programa que não tinham sido contemplados no relatório inicial de avaliação. Realizaram-se entrevistas abertas e semi-estruturadas, individuais e coletivas dependendo dos temas que precisavam ser abordados.

Lista das pessoas entrevistadas no Anexo II

3. Observação direta

Durante a missão de avaliação se visitaram algumas das comunidades que participam no programa tanto no município de Dourados como na região do Alto Solimões. Durante estas visitas às comunidades a avaliadora teve a oportunidade de apreciar as dificuldades logísticas do trabalho no terreno, de falar com as comunidades indignas participantes no PC, observar os

meios de vida destas comunidades, as condições de saúde e nutrição de mulheres e crianças e outros elementos que aportaram informações adicionais para a elaboração do presente relatório. Lista das comunidades visitadas no Anexo III

1.4 Condicionantes e limites do estudo realizado

A principal limitação de esta avaliação tem sido a falta de tempo suficiente para poder entrevistar mais em profundidade a alguns atores chave. A avaliadora e a equipa responsável da organização do programa da missão de avaliação decidiram visitar as duas áreas de intervenção do PC, Dourados e Alto Solimões, porque ditas áreas apresentam problemáticas diferentes e o programa encontra-se em diferente fase de implementação. Devido a enorme distancia entre estas regiões e as dificuldades de acesso a região de Alto Solimões, o tempo em Brasília ficou limitado a um único dia, o qual não foi suficiente para poder entrevistar adequadamente a alguns atores.

1.5 Estrutura do relatório

Este relatório está dividido em duas grandes partes: uma descritiva e uma analítica. A primeira parte proporciona as informações necessárias para a análise que se realiza posteriormente. Na primeira parte se ilustra a concepção inicial do programa, a sua estratégia de intervenção, o orçamento, e os arranjos institucionais para a gestão e coordenação.

A parte analítica começa com a análise dos principais avanços do PC para depois entrar na análise do desenho e do processo de implementação e o possível cenário de sustentabilidade das iniciativas. O relatório conclui com uma série de conclusões e recomendações.

A agenda da missão de avaliação de meio termo encontra-se no Anexo IV

2 Descrição do Programa

Nesta seção se realiza uma breve descrição dos objetivos, resultados esperados e orçamento do PC bem como dos arranjos institucionais previstos para sua gestão e coordenação.

2.1 Descrição do programa

O programa conjunto “Segurança Alimentar e Nutricional de Mulheres e Crianças Indígenas no Brasil” (a partir de agora PC) foi aprovado no dia 14 de Dezembro de 2009, data na que se realizou o primeiro desembolso. O PC tem prevista uma duração de três anos.

No PC participam cinco agencias das Nações Unidas, nomeadamente OPAS, UNICEF, PNUD, FAO e OIT. Considerando seus mandados, bem como suas capacidades técnicas e de gestão, OPAS e UNICEF são as agencias líder, responsáveis pela coordenação técnica do PC.

O orçamento do PC é de USD 6 milhões, distribuídos da seguinte maneira:

Agencia	Orçamento	% do total
OPAS	2.185.308	36,42
UNICEF	1.118.424	18,64
FAO	994.548	16,58
PNUD	885.008	14,75
OIT	816.712	13,61
Total	6.000.000	100,00

Tabela 1: Orçamento do PC por agência em USD

O PC tem como objetivo geral contribuir com a melhoria da segurança alimentar e nutricional de crianças e mulheres indígenas vulneráveis no município de Dourados (MS) e na região de Alto Solimões (AM). O programa tem como eixo estrutural a ampliação do acesso a serviços e políticas públicas considerando os aspectos culturais e sociais da população alvo. Todas as atividades relacionadas com o incremento do fornecimento de serviços de segurança alimentar, nutrição e saúde são coordenadas por meio de ações de empoderamento dos povos indígenas. Por isso, há um conjunto de instituições públicas, universidades, entidades da sociedade civil, lideranças e organizações indígenas envolvidas na implementação das ações. As atividades do projeto incluem também o fortalecimento da capacidade institucional das entidades públicas e organizações indígenas para apoiar o estabelecimento de redes intersetoriais e a participação social. A ação integrada e participativa entre as autoridades públicas e os Povos Indígenas está presente na implementação direta das ações e nos fóruns de controle social.

Os resultados esperados de PC são os seguintes:

1. Melhora da segurança alimentar e nutricional das crianças e mulheres na região de Alto Solimões (Amazonas) e no município de Dourados (Mato Grosso do Sul)
2. Povos Indígenas empoderados para exigir seu direito humano à alimentação adequada e saúde, e instituições públicas capacitadas e fortalecidas para desempenhar suas funções.
3. Diagnóstico, monitoramento e avaliação da segurança alimentar e nutricional das populações indígenas realizados

Para atingir cada um destes resultados, o PC tem definida uma estratégia de atuação e uma ampla variedade de atividades com uma alocação orçamental determinada. A Tabela 2 mostra o orçamento anual para cada um dos três resultados previstos.

Resultados	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Total	% do total
Resultado 1 - Melhora da segurança alimentar e nutricional das crianças e mulheres na região de Alto Solimões (Amazonas) e no município de Dourados (Mato Grosso do Sul)	1.219.191	1.003.360	786.139	3.008.690	52,24
Resultado 2 - Povos Indígenas empoderados para exigir seu direito humano à alimentação adequada e saúde, e instituições públicas capacitadas e fortalecidas para desempenhar suas funções	385.723	505.728	265.266	1.156.717	20,09
Resultado 3 - Diagnóstico, monitoramento e avaliação da segurança alimentar e nutricional das populações indígenas realizados	644.167	461.330	488.135	1.593.632	27,67
Total	2.249.081	1.970.418	1.539.540	5.759.039	100,00

Tabela 2: Orçamento anual por resultado em USD

2.2 Arranjos institucionais

A seguir ilustram-se os arranjos institucionais para a execução e governança do PC como foram inicialmente concebidos, tanto na fase de desenho do programa como na primeira fase de implementação do mesmo (Janeiro 2010-Julho 2011).

Modalidade de execução e implementação

As cinco agências das Nações Unidas (OPAS, UNICEF, PNUD, FAO E OIT) que participam no programa são responsáveis da execução direta do mesmo, através de contratos e cartas de acordo com instituições especializadas. Estas agências atuam em estreita colaboração com as contrapartes governamentais a nível nacional e local.

Inicialmente as contrapartes governamentais a nível nacional foram as seguintes:

- ABC - Agência Brasileira de Cooperação
- FUNASA - Fundação Nacional de Saúde
- FUNAI - Fundação Nacional do Índio
- MS - Ministério da Saúde
- MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combaté a Fome

No 2010, a FUNASA tem sofrido um processo de reestruturação passando a ser a Secretaria de Saúde Indígena (SESAI) integrada no Ministério da Saúde.

No segundo semestre de 2010 foram identificados novos parceiros a nível nacional com o objetivo de propiciar melhor integração entre as políticas públicas e o PC. Estes novos parceiros são os seguintes:

- Ministério do Meio Ambiente, por meio do Programa Carteira de Projetos Fome Zero e Desenvolvimento Sustentável em Comunidades Indígenas
- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, a partir da Companhia Nacional de Abastecimento, por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)
- Ministério da Educação, a partir do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

No nível local, estava previsto que o PC atuara em coordenação com instituições públicas, organizações da sociedade civil e universidades. Atualmente a lista de interlocutores locais nas duas regiões de intervenção é muito extensa e variada. Lista no Anexo V

Formas de gestão e coordenação

Os mecanismos de gestão e coordenação estabelecidos para garantir a eficiência e efetividade na implementação do PC estão baseados nos documentos de orientação do MDG-F.

No nível das agências das Nações Unidas, OPAS e UNICEF são responsáveis da coordenação técnica do PC, garantindo que o plano de trabalho seja de comum acordo e que os produtos, as atividades e os resultados planejados sejam alcançados. Mais especificamente, a UNICEF é responsável pela organização de reuniões técnicas conforme a necessidade do Programa, maximizando as complementaridades e sinergias entre as agências, enquanto a OPAS garante o monitoramento das atividades e a preparação e apresentação de um relatório anual sobre o Programa Conjunto, bem como relatórios semestrais ao escritório do F-ODM em Nova Iorque. Não há divisão de tarefas por região com o intuito de possibilitar maior integração entre as agências.

As agências participantes são responsáveis pelo alcance de seus produtos e de apresentar relatórios financeiros anuais. Cada agência nominou um ponto focal para o PC, responsável dos produtos da sua agência e da coordenação com os parceiros e com os outros pontos focais.

Sob a liderança do Coordenador Residente das Nações Unidas no Brasil, que coordena a implementação global do programa, se tem estabelecido os seguintes comitês para a supervisão e implementação das atividades:

- O Comitê Diretivo Nacional (CDN) do MDG-F: responsável da supervisão geral e de providenciar orientação estratégica ao PC. O CDN esta composto pelo Governo brasileiro, pelo Sistema das Nações Unidas e o Governo espanhol. As agências implementadoras e os parceiros nacionais do Programa podem participar no Comitê na qualidade de observadores.
- O Comitê Gestor do Programa Conjunto (CGPC): composto pelas cinco agências da ONU participantes (UNICEF, OPAS, PNUD, OIT e FAO) e pelos pontos focais das instituições governamentais envolvidas na implementação do PC: a Fundação Nacional do Índio – FUNAI, como contraparte principal, a Fundação Nacional de Saúde – FUNASA (atualmente SESAI), o Ministério da Saúde (MS) e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). O Comitê se reúne cada três meses, o quando é necessário, para discutir o progresso e monitorar as questões operacionais, técnicas e financeiras.

Segundo o PRODOC deveria ter sido criada uma Unidade Executiva (UE), estabelecida em Brasília, sob a supervisão direta da OPAS, para apoiar a implementação do projeto em geral. Esta UE estaria composta por um coordenador técnico responsável da articulação dos produtos do CP entre as agências do SNU e de apoiar a execução e o monitoramento global das atividades, um assistente de projeto para apoiar o coordenador técnico, e os técnicos de monitoramento e financeiros contratados para entregar produtos específicos.

Estava também prevista a criação de duas Unidades Executivas Locais (UEL), situadas em Tabatinga (região de Alto Solimões) e Dourados, para garantir a participação integral de todos os atores na implementação do programa. Nestas UEL seriam envolvidos comitês locais nas duas áreas, incluindo representantes de Governos Estaduais/Municipais, o setor acadêmico, a Sociedade Civil e os Povos Indígenas. Segundo o PRODOC, no município de Dourados o envolvimento destes atores seria facilitado pelo Comitê Gestor de Ações Indigenistas Integradas da Grande Dourados¹. Em quanto á região de Alto Solimões, o comitê local deveria ser criado com a participação das comunidades indígenas².

Ao início do programa, o Comitê Gestor decidiu que os comitês locais seriam os responsáveis de apoiar a implementação do PC nas duas áreas de intervenção. No nível central, as agências líderes junto com os pontos focais formariam uma estrutura inter-setorial que seria responsável da implementação do PC em Brasília.

Em termos financeiros, e conforme previsto nas diretrizes do F-ODM, o PNUD é o Agente Administrativo (AA) que libera os recursos diretamente às sedes das agências participantes, que por sua vez transferem os recursos aos seus escritórios locais. Cada agência assume a total responsabilidade programática e financeira pelos recursos que lhes são disponibilizados pelo AA, e pode decidir sobre o processo de execução com seus parceiros e contrapartes seguindo os regulamentos e regras da sua própria organização.

Até a data tem sido feitos dois desembolsos: o primeiro no dia 14 de Dezembro de 2009, data de aprovação do PC, por um valor de USD 2.296.990. O segundo desembolso foi feito no dia 20 de abril de 2011, uma vez executado (comprometido + desembolsado) o 70% dos fundos transferidos no seu conjunto. Este segundo desembolso foi no valor de USD 2.057.642.

3 Níveis de análise: Critérios e perguntas de avaliação

Nesta seção se analisam os principais avanços do PC em cada um dos seus componentes bem como a execução orçamental por resultado e por agência. A seguir se faz uma análise do desenho do programa e do seu processo de implementação para identificar os principais fatores que podem contribuir a lograr os resultados esperados bem como a geração de efeitos não planejados, sejam positivos o negativos.

3.1 Principais avanços e efeitos emergentes

¹ Comitê criado pelo Governo em 2007 para fomentar a coerência e coordenação entre os atores que trabalham para a promoção dos Direitos Indígenas na região. Este Comitê nunca tem funcionado e foi reinstalado em novembro de 2010. Há a previsão de que se instale neste semestre e que seja liderado pela FUNAI.

² Conforme acordado durante a reunião de pré-consulta aos povos indígenas em Manaus, as Comunidades Indígenas de Alto Solimões deveriam contribuir na definição do formato, da composição, dos objetivos e do modus operandi deste comitê.

O PC tem experimentado avanços significativos desde finais de 2010. O início do programa foi lento devido a fatores tanto internos como externos. Entre os fatores internos destacam o caráter piloto do programa, a falta de experiência de trabalho inter-agencial e as dificuldades de comunicação entre parceiros e comunidades indígenas, especialmente na área de Alto Solimões. Entre os principais fatores externos que influenciaram certo atraso na implementação do PC encontram-se a instabilidade política no período das eleições presidenciais e estaduais de 2010, a subsequente mudança de governo e transição político administrativa bem como os processos de reestruturação das principais contrapartes (FUNAI e FUNASA).

Durante os primeiros meses de implementação do PC, o foco do trabalho foi a apresentação e difusão do programa, o estabelecimento de parcerias com o governo local, universidades e entidades da sociedade civil, e o estabelecimento dos comitês locais de governança nas duas regiões. Estas atividades estiveram dirigidas a conseguir um bom engajamento do PC melhorando a apropriação das atividades e resultados por parte das lideranças, comunidades e governo local para contribuir a sustentabilidade do programa.

O **primeiro componente** do programa, o que se refere a melhora da segurança alimentar e nutricional das crianças e mulheres nas duas regiões de intervenção, é o componente maior tanto no número de atividades previstas como no volume de fundos alocados para sua implementação. Este componente tem um grande foco na saúde, os cuidados da criança e a nutrição. Os principais avanços registrados são os seguintes:

- A elaboração coletiva do “plano de fortalecimento do serviço de saúde” realizado com base nos perfis epidemiológicos das duas áreas e nas necessidades apresentadas pelos serviços de saúde locais. A implementação de este plano consiste numa serie de capacitações aos profissionais de saúde (médicos, enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem e agentes indígenas de saúde) em varias temáticas: vigilância alimentar e nutricional, ação integrada para doenças prevalentes na infância (AIDPI), aleitamento materno e alimentação complementar. Estes dois últimos cursos podem se tornar piloto para a Rede de Aleitamento Materno e Alimentação Complementar na perspectiva da Saúde Indígena. Até a data se tem realizado varias oficinas nas duas regiões que tem tido grande aceitação entre os participantes, tanto pela temática como pela metodologia utilizada. Os responsáveis da SESAI entrevistados destacam a importância e oportunidade destas capacitações, pois estão sendo realizadas num momento em que a SESAI encontra-se no processo de reestruturação com capacidade limitada para fortalecer os serviços de saúde para as comunidades indígenas.
- A troca de saberes entre os povos indígenas e não indígenas sobre conhecimentos e prática de cuidados e direitos da criança encaminhada a reforçar as competências familiares, valorizar os conhecimentos e práticas tradicionais e enriquecer os saberes locais com informações científicas não indígenas. Esta atividade foi realizada em varias comunidades das duas regiões e contou com a participação de profissionais da saúde, mulheres, lideranças indígenas, pajés e parteiras. As ferramentas utilizadas foram o Kit Família Brasileira Fortalecida (kit FBF) do UNICEF e a Convenção 169 da OIT sobre os povos indígenas. Numa reunião realizada em Umariçu II (Tabatinga – Alto Solimões) com um grupo de agentes indígenas de saúde, pajés e parteiras, estes manifestaram o interesse pela atividade pela sua contribuição ao fortalecimento da cultura indígena e a sabedoria local.

- A humanização nos serviços públicos de saúde, contemplando a valorização da cultura indígena. Foram realizadas oficinas de diagnóstico da situação de humanização dos serviços de saúde prestado aos povos indígenas nos quatro municípios de atuação do PC. Estas oficinas motivaram a aproximação do PC com a Coordenação da Política Nacional de Humanização (PNH) do Ministério de Saúde, identificando-se algumas lacunas referentes à ausência da temática de saúde indígena nos cursos da PHN. Como resultado, a temática da saúde indígena vai ser incluída nos cursos de formação do PNH e vai ser promovida a presença de apoiadores do PNH nos Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs). Também será realizado um encontro sobre “Etnicidade e Humanização na Saúde Indígena”, em sintonia com as diretrizes das Políticas Nacional de Atenção a Saúde Indígena e Nacional de Humanização (PNH).
- O levantamento de demandas em saúde, segurança alimentar e nutrição em Dourados e Alto Solimões. Este levantamento, que foi muito participativo, teve por objetivo conhecer as demandas e necessidades das comunidades indígenas nas áreas de saúde, segurança alimentar e nutrição para revisar e alinhar as atividades previstas no plano de trabalho do PC com as demandas apresentadas. Abordou-se a segurança alimentar e nutricional de forma inter-setorial (alimento, direitos, saúde, educação, geração de renda, agricultura, terra e água, segurança...). Algumas demandas importantes das comunidades indígenas estiveram relacionadas com assuntos contempladas ligeiramente no PC (falta de terra, falta de atividades geradoras de renda, falta de emprego para os jovens, falta de acesso ao mercado...)
- A troca de experiências e intercâmbios nas áreas de agricultura entre os indígenas das regiões do PC e outras comunidades tradicionais e agricultores familiares. Destacam-se a participação de indígenas nas feiras das sementes tradicionais, o intercâmbio com projetos de conservação e organização de cadeias produtivas (do extrativismo ou de produtos agrícolas), sistemas agroflorestais e a recuperação de áreas degradadas. Num encontro com a comunidade de Panambizinho, as lideranças e outros membros da comunidade comentaram a importância de esta troca de experiências que valoriza os conhecimentos indígenas, potencia o empoderamento e incentiva aos jovens a participar na recuperação ambiental e nas atividades ligadas com a agricultura.
- O etnomapeamento das capacidades produtivas, tradições agrícolas, geração de renda e situação dos recursos naturais em Dourados e Alto Solimões (em processo). Este estudo está baseado no diagnóstico de percepções e mapeamento de áreas por meio do conhecimento de representantes das etnias envolvidas. Os mapas produzidos em Dourados foram posteriormente discutidos com as comunidades para refletir sobre a situação de segurança alimentar e nutrição. O principal problema identificado foi a questão fundiária. A coordenadora da FUNAI em Dourados opina que o mapeamento realizado é uma ferramenta muito interessante para visualizar as áreas indígenas que pode ser utilizado como material de planejamento e gestão territorial das aldeias e promover a autonomia dos povos indígenas.
- A constituição de um grupo de trabalho para o planejamento de um curso de formação técnica para jovens indígenas através da Universidade Geral da Grande Dourados (UFGD) e a Rede de Saberes para a capacitação dos Agentes Indígenas de Produção Agrícola. Esta atividade tem sido acolhida com grandes expectativas pelos principais atores envolvidos na definição de estratégias produtivas nas áreas indígenas

consultados. Pretende-se replicar o modelo dos agentes indígenas de saúde na área de produção agrícola para promover o seu desenvolvimento.

- O apoio técnico as mulheres indígenas das comunidades da área de intervenção do PC na elaboração de projetos de geração de renda para ser financiados com fundos da Carteira indígena (Ministério do Meio Ambiente). Como resultados, foram aprovados cinco projetos na área de Dourados e um projeto em Alto Solimões.

Existem muitas outras atividades que ainda estão em curso no marco do primeiro componente do PC, como são as hortas escolares utilizadas como ferramenta pedagógica que vincula ações de educação, saúde, ambiente e agricultura ou a recuperação de 13 tanques de piscicultura.

Uma grande parte destas atividades foi realizada com o objetivo de conhecer e analisar a situação e problemática das diferentes dimensões da segurança alimentar dos povos indígenas para identificar as necessidades de fortalecimento institucional e criação de capacidades das instituições que implementam políticas públicas para os povos indígenas.

Em relação com o **segundo componente**, o que se refere ao empoderamento dos povos indígenas para exigir os seus direitos e o fortalecimento das instituições públicas para desempenhar suas funções, se tem produzido avanços significativos a partir do início do 2011. Destacam as seguintes atividades e produtos:

- A elaboração coletiva de cartilhas sobre os direitos e cuidados da criança a partir das informações recolhidas na troca de saberes. Estes materiais estão culturalmente adaptados nas línguas Guarani, Guaraní-Nhandeva Terena e Ticuna e representam um meio para a disseminação dos direitos dos povos indígenas contidos na Declaração das Nações Unidas sobre Povos Indígenas e Tribais e nas Convenções da OIT. Consultados alguns atores sobre a relevância de traduzir esta Convenção às línguas indígenas, tendo em conta que são línguas mais “faladas” que “escritas” e que o nível de analfabetismo é muito elevado entre os adultos, todos os consultados concordaram que para os povos indígenas é importante contar com materiais técnicos e de divulgação nas suas línguas porque ajuda valorizá-las e preservar-las, para além de que as crianças podem utilizar-las nas escolas bilíngües. Contudo, se considera essencial a elaboração de matérias audiovisuais para uma maior difusão.
- A participação dos povos indígenas em conselhos e comissões nacionais como o Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA) e a Conselho Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil (CONAETI) no intuito de dar visibilidade e apresentar a problemática indígena nestes fóruns de discussão. O PC tem incentivado a criação de CONSEAs municipais e, devido ao trabalho realizado, cinco indígenas do Mato Grosso do Sul tem sido nomeados delegados do Estado, com poder de voto, na próxima Conferência Nacional. Todos os atores consultados consideram essencial a participação dos povos indígenas nesta Conferência o que vai permitir apresentar os problemas, necessidades e interesses, relacionados com a segurança alimentar, destas comunidades. O PC vai apoiar o trabalho prévio a Conferência. No âmbito da CONATI, logrou-se a formação de um grupo de estudos sobre trabalho infantil e infância indígena.
- O apoio as Coordenações Regionais da FUNAI na construção dos Planos Anuais de Trabalho etnicamente referenciados, para acessar os recursos da Coordenação Geral

de Etnodesenvolvimento (CGETNO) da FUNAI de Brasília, com projetos mais elaborados e sustentáveis. Para reforçar a capacidade institucional da FUNAI em Dourados, se tem iniciado a contratação de uma equipa técnica para dar assistência técnica em temas agro-florestais às comunidades indígenas da região. O apoio a FUNAI vai continuar até o final do PC com diversas ações dirigidas a promover e facilitar o acesso dos povos indígenas às políticas públicas.

- Formação de grupos de jovens indígenas em técnicas de comunicação para elaboração de um vídeo sobre Segurança Alimentar e Nutricional no contexto indígena, Direito Humano à Alimentação Adequada e Convenção nº 169 da OIT, para ser disseminado nas escolas e na comunidade. A actividade está em fase inicial, com grande potencial para fomentar a participação dos jovens por meio de debates e reflexões sobre as diferentes temáticas.

O **terceiro componente** sobre o diagnóstico, monitoramento e avaliação da segurança alimentar e nutricional das populações indígenas tem mostrado alguns atrasos e dificuldades na implementação das atividades previstas. Não obstante, se têm conseguido os seguintes produtos:

- O fortalecimento do Sistema de Vigilância Nutricional (SISVAN) nas áreas indígenas do Alto Solimões e Dourados, com a realização de cursos para os profissionais de saúde indígenas e não indígenas, a distribuição de equipamento antropométrico para uso durante as visitas domiciliares pelos agentes indígenas de saúde (AIS), além de terem sido repactuadas com o Ministério da Saúde da harmonização do SISVAN indígena com o SISVAN nacional, bem como a inclusão do indicador altura/idade e adoção das curvas de crescimento como rotina dos serviços de saúde indígena. Nos pólos de saúde das duas regiões, os enfermeiros entrevistados manifestaram que tinha melhorado substancialmente o trabalho de vigilância nutricional dos AIS desde que receberam a formação e o as balanças, e pelo seu lado, os AIS mostraram o seu entusiasmo pela capacitação recebida.
- A análise de dados existentes sobre o estado nutricional das crianças nas duas regiões. Este análise, realizado em 2010, forma parte da linha de base do PC, estando prevista a repetição ao fim do segundo e terceiro ano do programa.
- O diagnóstico do grau de realização dos direitos humanos das crianças e mulheres indígenas em Dourados (que forma parte da linha de base). Foi utilizada uma metodologia de grupos focais para garantir a participação de mulheres e crianças. Foram abordados temas de saúde, educação, moradia, geração de renda, cidadania, etnicidade, segurança e qualidade de vida com um enfoque de direitos humanos e respeito às especificidades étnicas. O grande interesse criado pelos resultados do diagnóstico tem promovido a articulação de vários atores locais para a realização de outras atividades relacionadas com a proteção às crianças indígenas e a eliminação do racismo. O diagnóstico vai ser realizado em Alto Solimões na segunda metade de 2011.

A elaboração do plano de Monitoramento e Avaliação do PC foi considerada uma atividade deste componente no Documento do Projeto (PRODOC) mais será discutida na seguinte seção do relatório no parágrafo sobre ferramentas para medir o desempenho do programa.

Execução orçamental

Segurança Alimentar e Nutricional de Mulheres e Crianças Indígenas no Brasil
Rascunho do Relatório Final da Avaliação do Meio Termo

O grau de execução sobre os fundos transferidos às cinco agências participantes oscila entre o 131% da FAO e o 41,6 % do PNUD, como se mostra na Tabela 3. A FAO e a OPAS tem comprometidos fundos por acima do valor recebido (131 e 112,6%), e a OIT e a UNICEF estão próximas ao 90% (90,6 e 87,9 % respectivamente). No total, o PC registra um 98,7% de execução sobre os fundos transferidos e um 71,61% sobre o orçamento total do PC.

Agencia	Orçamento previsto A	Fundos transferidos B	%	Fundos comprometidos C	%	Fundos desembolsados D	%	Fundos executados E = C + D	% execução sobre fundos transferidos	% execução sobre orçamento previsto
OPAS	2.185.308	1.573.299	72,0	1.011.290	64,3	759.533	48,28	1.770.823	112,6	81,03
UNICEF	1.118.424	822.385	73,5	424.426	51,6	298.318	36,27	722.744	87,9	64,62
PNUD	885.008	564.008	63,7	117.318	20,8	117.318	20,8	234.636	41,6	26,51
OIT	816.712	640.367	78,4	337.054	52,6	242.904	37,93	579.958	90,6	71,01
FAO	994.548	754.573	75,9	752.074	99,7	236.364	31,32	988.438	131,0	99,39
Total	6.000.000	4.354.632	72,6	2.642.162	60,7	1.654.437	38,0	4.296.599	98,7	71,61

Tabela 3 : Execução orçamental por agência em USD

Comparando com os dados fornecidos no segundo relatório semestral de 2010, o PC tem acelerado consideravelmente o ritmo de execução, passando do 33,8 % de execução sobre o orçamento total do programa ao fim de Dezembro de 2010 ao 71,6% em agosto de 2011. Se continuar este ritmo de execução, se vai conseguir executar o orçamento total do PC de acordo com os planes originais.

A consultora não conseguiu obter informação atualizada sobre a execução orçamental por resultado. As últimas informações, que se mostram na Tabela 4, correspondem ao Relatório Semestral de Dezembro de 2010. Tendo em conta a aceleração na execução registrada no primeiro semestre de 2011, os dados na seguinte tabela terão sofrido grandes variações.

	Orçamento previsto USD	Fundos comprometidos USD	Fundos desembolsados USD	% execução sobre o orçamento previsto
Resultado 1 - Melhora da segurança alimentar e nutricional das crianças e mulheres na região de Alto Solimões no município de Dourados	3.008.690	652.236	440.715	36,32
Resultado 2 - Povos Indígenas empoderados para exigir seu direito humano à alimentação adequada e saúde, e instituições públicas capacitadas e fortalecidas para desempenhar suas funções	1.156.717	348.207	161.297	44,04
Resultado 3 - Diagnóstico, monitoramento e avaliação da segurança alimentar e nutricional das populações indígenas realizados	1.593.632	327.137	98.201	26,69
	5.759.039	1.327.580	700.213	35,21

Tabela 4: Execução orçamental por resultado em USD

3.2 O desenho pro programa

Coerência

O PC visa garantir a segurança alimentar e nutricional de crianças e mulheres indígenas vulneráveis em duas áreas indígenas onde o Direito Humano a uma Alimentação Adequada e o Direito Humano à Saúde estão comprometidos. Este objetivo considera-se muito pertinente e coerente com as iniciativas do Governo brasileiro para melhorar as políticas públicas direcionadas aos povos indígenas através da intensificação do diálogo com suas lideranças e organizações e o aumento gradual de investimento visando a realização progressiva dos direitos humanos dos povos indígenas. O objetivo geral do PC foi identificado durante o processo de desenho do programa em colaboração com diferentes setores e esferas do governo e após as consultas com as lideranças indígenas.

O PC pretende contribuir para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) na redução da fome e das taxas de mortalidade infantil. E também pertinente com os objetivos da Janela Temática “Criança, Segurança Alimentar e Nutrição” do F-ODM. Além disso, o objetivo do PC é consistente com a Estratégia de Luta Contra a Fome do doador (AECID-Cooperação Espanhola).

Pertinência da estratégia de intervenção

O PC tem definida uma estratégia de intervenção muito participativa e adequada às atividades planejadas e resultados se pretendem alcançar. O desenvolvimento de ações dirigidas a melhorar e aumentar o acesso dos povos indígenas aos serviços e políticas públicas esta sendo acompanhado pelo empoderamento das lideranças e comunidades indígenas e o fortalecimento institucional. O trabalho inter-setorial para abordar a problemática de insegurança alimentar ligado ao empoderamento das comunidades indígenas e o fortalecimento das instituições públicas é uma experiência piloto muito interessante que as instituições governamentais poderiam considerar como referência para trabalhar em outras áreas indígenas.

Seleção das áreas de intervenção

O município de Dourados no Mato Grosso Sul e a região do Alto Rio Solimões no Estado de Amazonas são duas áreas indígenas muito distantes entre si com realidades e problemáticas muito diferentes. A seleção destas duas regiões para a intervenção do PC responde ao interesse de contar com elementos de comparação que permitam extrapolar as lições aprendidas desta experiência para outras áreas indígenas no Brasil, embora a logística seja mais complicada e os custos de transporte mais elevados.

Os planos de trabalho anuais do PC definem as mesmas ações e o mesmo calendário para as duas áreas quando, como já foi dito, as realidades e problemáticas são muito diferentes. Uma das recomendações da missão do Secretariado do F-ODM foi desagregar o plano de trabalho e orçamento para as duas zonas, mais ainda este exercício não tem sido feito.

Participação e Apropriação do processo

O PC foi desenhado pelas agências da ONU com uma grande participação das instituições governamentais no nível nacional. Contudo, na altura do desenho de programa as contrapartes governamentais diretamente relacionadas com os povos indígenas (FUNAI e FUNASA) encontravam-se imersas em importantes processos de reestruturação interna pelo que a sua participação se viu limitada.

No nível local, se realizaram reuniões de consulta com uma alta participação de funcionários do governo estadual, gestores municipais e estaduais, lideranças indígenas, pessoas indígenas e universidades para apresentar os objetivos e atividades do programa definidos previamente no nível central. O programa foi bem recebido pelos atores locais que enfatizaram a importância de envolver, de maneira ativa e informada, aos povos indígenas nas atividades desde o início. Contudo, não foi realizado um levantamento prévio dos problemas, necessidades e interesses dos povos indígenas nas duas regiões selecionadas para poder definir adequadamente as atividades e produtos do programa, e dar uma maior coerência interna ao mesmo. Também não foram identificadas as contrapartes locais para a implementação das atividades definidas no nível central. Pode-se concluir que não houve uma verdadeira participação dos atores locais no desenho do PC e como consequência, a apropriação do processo foi muito limitada.

Análise dos problemas

Nas reuniões realizadas durante a missão, vários entrevistados manifestaram que não foi possível um maior envolvimento dos atores locais no processo de desenho do programa devido à falta de tempo. Segundo estes atores, o tempo alocado pelo Secretariado do F-ODM para a elaboração do PRODOC foi muito curto e, pelo tanto, foi impossível organizar oficinas para identificar junto com os povos indígenas e as instituições locais, as causas da sua insegurança alimentar e as melhores estratégias para abordar-las. Para corrigir esta limitação, foi incluída no PRODOC uma atividade consistente na organização de oficinas para o levantamento de demandas em saúde, segurança alimentar e nutrição com o intuito de alinhar as atividades previstas nos planos de trabalho do PC com os problemas reais da população. Não obstante, o levantamento de demandas não foi uma das primeiras atividades realizadas no marco do programa; em Dourados foi realizado em Julho de 2010 mais em Alto Solimões só em abril de 2011.

Devido ao caráter multidimensional da segurança alimentar e nutricional, a vulnerabilidade alimentar dos povos indígenas pode ser devidos a varias causas que devem ser abordadas no seu conjunto. Como já foi dito, o PC tem um grande foco na saúde e nutrição, áreas que sempre requerem uma atenção continuada, embora a situação nutricional e de saúde das crianças e mulheres é bastante razoável. Segundo as informações recebidas durante a visita aos Pólos de Saúde nas duas áreas de intervenção do PC, a saúde e a nutrição não representam um grave problema para estas comunidades indígenas onde a prevalência de crianças com baixo peso é de 3,7 % em Dourados e 12,8% em Alto Solimões. Além disso, foi verificado durante a visita que os serviços de saúde indígena têm capacidade e meios suficientes para atender adequadamente a estas crianças, embora possa melhorar o atendimento. O PC esta a prestar apoio técnico para capacitações do pessoal de saúde que esta a ser muito bem valorado pelo próprio pessoal.

Por outro lado, em todas as reuniões mantidas com instituições locais, profissionais da saúde, agentes indígenas de saúde, lideranças indígenas, universidades, mulheres e homens indígenas, sempre foi sublinhado que o maior problema destas comunidades reside na falta de meios de vida sustentáveis (atividades produtivas e geradoras de renda), para além de outros problemas de índole social. Estes problemas são comuns nas duas áreas mais tem características diferentes. Em Dourados, os problemas estão relacionados com a falta de terra, a degradação ambiental, a precariedade do emprego e o preconceito da população não indígena; em quanto no Alto Solimões, os problemas se referem mais à falta de diversidade na produção agrícola, o elevado custo do escoamento para o mercado ou a diminuição da pesca e

outros animais. Esta questão já foi discutida nas oficinas de levantamento de demandas e nos etnomapeamentos realizados no âmbito do PC, porém, ainda não foi feita nenhuma modificação significativa no Plano de Trabalho do 2011 para abordar com maior ênfase esta causa chave da insegurança alimentar e nutricional das comunidades indígenas.

Desenho das atividades

Em relação com as atividades do programas, há alguns elementos que vale a pena destacar. Em primeiro lugar, considerando que não foi feito um diagnóstico prévio das causas de insegurança alimentar das comunidades participantes no PC, as atividades foram definidas de forma muito vaga e aberta para poder dar opção a responder a novas demandas. A falta de concreção das atividades tem criado algum atraso devido, em parte, ao tempo dedicado pelos pontos focais das agências da ONU e as suas contrapartes para compreender-las, analisar-las e redefinir-las para que fossem consistentes com os resultados esperados.

O segundo elemento está relacionado com a pertinência de determinadas atividades. Em algumas ocasiões, as atividades estão mais relacionadas com os objetivos e experiência das agências da ONU que com as realidades dos povos indígenas. Por exemplo, um agente indígena de saúde manifestou ter um grande interesse pela oficina de alimentação complementar para crianças após os seis meses de idade, contudo, opinava que não era uma atividade muito útil porque muitas famílias indígenas carecem dos recursos necessários para adquirir os produtos recomendados, e também não tem terra para poder produzir-los mesmo que sejam produtos tradicionalmente utilizados por estas comunidades. Existem também atividades, como o caso da documentação da experiência do Território da Cidadania do Alto Rio Negro, que não são do interesse das instituições governamentais e pelo tanto deveriam ser reconsideradas.

Existe também um desequilíbrio entre a relevância e prioridade outorgada as diferentes atividades e os recursos alocados. Sendo uma dos resultados mais relevantes do PC o fortalecimento institucional e o reforço das capacidades com o intuito de melhorar e aumentar o acesso dos povos indígenas às políticas públicas, as atividades e recursos alocados para este fim são mínimos.

Por último, o programa consta de um elevado número de atividades e produtos que não sempre são coerentes entre si nem com os resultados que se pretende alcançar. Em ocasiões, parece como se cada agência tivesse definido as suas atividades sem procurar sinergias nem complementaridades com as outras agências, o que não contribui à lógica do programa conjunto.

3.3 O processo de implementação

Para valorar o processo de implementação do programa se vão analisar os seguintes aspectos: o modelo de gestão, a coordenação e comunicação entre os parceiros, as ferramentas para medir o desempenho, a articulação dos mecanismos administrativos e financeiros e a apropriação do processo de implementação.

Modelo de gestão

O caráter piloto do PC torná-lo complexo devido á limitada experiência de trabalho conjunto das agências da ONU. Contudo, o nível de coordenação tem melhorado nos últimos meses e as agencias estão a fazer esforços por articular o planejamento e implementação das atividades no terreno.

A co-liderança da OPAS e a UNICEF como responsáveis da coordenação técnica do programa, esta a funcionar com bastantes limitações. Como foi mencionado, cada agência tem definidas as suas tarefas (a OPAS a organização do monitoramento das atividades que realizam as agencias e a elaboração dos relatórios, e a UNICEF a organização de reuniões técnicas) que executam adequadamente, mais nenhuma das duas agencias esta a realizar a coordenação técnica global do programa. Falta, pelo tanto, uma liderança com uma visão global do programa que permita articular e dar consistência ás atividades, visando conseguir conjuntamente resultados sustentáveis que tenham impacto nas políticas públicas.

O Comitê Gestor reúne-se com mais freqüência do estipulado no PRODOC para tratar assuntos relacionados com a implementação do programa. As instituições governamentais participantes neste comitê entrevistadas manifestaram que seria recomendável desenhar uma ferramenta simples e amigável para poder compreender melhor a coerência das atividades do programa e monitorar-las adequadamente. A este efeito, se esta considerando replicar um instrumento de monitoramento muito simples e visual desenhado pelos programas conjuntos do Equador.

Os comitês de governança locais foram uma tentativa de facilitar a comunicação entre as lideranças locais para o desenvolvimento das atividades previstas no PC, bem como garantir a sustentabilidade das atividades. Contudo, estes comitês locais não funcionarem em parte devido à ausência de uma figura de liderança no nível local que coordenasse as atividades e ações previstas, mesmo que mantiveram algumas reuniões, devido principalmente à falta de apropriação do PC pelas instituições locais e as lideranças indígenas. A maioria dos entrevistados consideram que o comitê esta liderado pelas agencias das ONU; outros não conhecem bem o programa; e muitos declaram não dispor de tempo para participar ativamente. Na reunião mantida na FUNAI de Dourados foi discutida a pertinência de dito comitê como foi concebido pelo programa. Os assistentes valoraram a criação de um espaço inter-setorial mais para refletir e analisar coletivamente os problemas relacionados com a segurança alimentar dos povos indígenas do que para acompanhar a implementação do PC. Temas como a pertinência de distribuir a cesta de alimentos a todas as famílias das comunidades indígenas ou a alarmante situação de desemprego que se vai criar com a mecanização do corte de cana no 2012 (que atualmente estima-se que emprega a 5.000 dos 13.000 indígenas da reserva de Dourados), poderiam ser debatidos nestes espaços por ser do interesse de todos os atores. Na reunião de debriefing com o Comitê Gestor, a coordenadora da FUNAI apoio esta iniciativa e sugeriu utilizar e reforçar comitês existentes com este fim³ em lugar de criar novos comitês. Este espaço de discussão multisectorial deveria ser promovido também no nível central.

O modelo de gestão estabelecido, constituído unicamente pelos 2 comitês locais sem um coordenador que articule os produtos do programa entre as agências e apóie a execução e o monitoramento global das atividades, e sem pontos focais nas áreas de intervenção que reforcem as instituições locais, tem sido totalmente insuficiente. Na missão de avaliação do Secretariado do F-ODM do mês de maio de 2011 se recomendou a contratação de estes 3

³ O Comitê Gestor de Ações Indigenistas Integradas do Grande Dourados, e o Comitê Regional da FUNAI em Alto Solimões

consultores. Recentemente tem sido elaborados os Termos de Referência para estes postos mais ainda não foi feita a seleção. Infelizmente, a consultora não teve acesso a os Termos de Referência dos consultores, mais foi informada que o coordenador do PC estará baseado na FUNAI em Brasília, com o objetivo de apoiar e fortalecer esta instituição, e os dois consultores nas Coordenações Regionais da FUNAI nas duas áreas.

Na reunião de debriefing, uma das agências líderes sugeriu que a Unidade Executiva e a liderança dos programas conjuntos deveriam estar sob a supervisão do Coordenador Residente da ONU para evitar relações complicadas e dificuldades entre as agências.

Coordenação entre os parceiros

A coordenação entre as agências da ONU tem sido bastante limitada devido principalmente á falta de experiência de trabalho conjunto. Cabe destacar que recentemente, esta a ser feito um esforço de planejamento coletivo, baseado no análise e reflexão conjunta, para definir os indicadores do Plano de Monitoramento e Avaliação. Esta experiência poderia representar um primeiro exemplo de trabalho coordenado para dar uma resposta multi-setoral.

As agências líderes, responsáveis também pela coordenação do trabalho das agências, não têm conseguido desenvolver um verdadeiro trabalho conjunto de planejamento e análise, limitando-se a consolidar as informações técnicas fornecidas por cada uma das agências. No nível local, algumas agências têm estabelecido sinergias e acordos de trabalho conjunto para determinadas atividades por iniciativa dos pontos focais, com resultados muito exitosos.

Existe uma boa relação de trabalho e colaboração com os parceiros governamentais em todos os níveis (técnico, logístico,...). No nível nacional, cabe destacar que aumentou o numero de parceiros para aumentar a multisectorialidad do PC. No nível local, a visão multi-setorial é limitada; cada agência coordena as suas atividades com a instituição contraparte correspondente, o que não contribui a fomentar a lógica do programa conjunto.

Existem lacunas no fluxo de informação entre as agências da ONU e os seus parceiros, tanto no nível nacional como local. Não se tem estabelecido um sistema que permita que os documentos, informações e relatórios chave cheguem a todos os atores para que todos os participantes no programa estejam bem informados sobre os avanços e dificuldades e que disponham do tempo suficiente para reagir e contribuir. Este fato desestimula as respostas multi-setoriais e o trabalho conjunto.

Comunicação e Advocacy

Grande parte da informação do PC se encontra disponível na web, no Espaço Colaborativo de Segurança Alimentar criado pelo programa⁴. Não obstante, esta web continua a ser pouco conhecida e utilizada, e não se têm realizado nenhuma outra difusão das experiências exitosas e boas práticas. Existe muita informação sobre iniciativas e metodologias de trabalho (etnmapeamentos ou troca de saberes) com povos indígenas utilizadas pelo PC com grande sucesso, que deveria ser documentadas, sistematizadas e difundidas.

Seguindo as recomendações da missão do Secretariado do F-ODM, a consultora contratada para implementar as atividades de comunicação com os jovens no Alto Solimões foi designada para atuar também como ponto focal de comunicação do PC. Cabe salientar que o programa

⁴ www.ecos-nutripovosindigenas.bvs.br

não contemplava a contratação de um técnico de comunicação nem a elaboração de um plano de comunicação e advocacy. Recentemente foi desenhada uma estratégia de comunicação com o objetivo de dar maior difusão aos avanços do programa e as boas práticas para ter maior impacto nas políticas públicas. Contudo, a estratégia é muito vaga e não inclui produtos concretos nem um calendário de atuação.

Ferramentas para medir o desempenho do PC

Foram verificados atrasos e dificuldades importantes na elaboração da linha de base que, até a data, não tem sido concluída. Com o objetivo de contar com um marco de referência para medir os resultados do PC, foi decidido utilizar os seguintes três indicadores dos ODM como linha de base: a prevalência de baixo peso em crianças menores de 5 anos, a taxa de mortalidade infantil e a proporção de crianças imunizadas contra o sarampo. Foram feitas as análises dos dados de estado nutricional referentes ao ano 1 que já estão finalizadas e disponíveis.

Para completar a linha de base foi também decidido utilizar o etnomapeamento e o diagnóstico do grau de realização dos direitos humanos das crianças e as mulheres. Estes diagnósticos setoriais ainda não foram concluídos⁵, e pelo momento, não estão a ser integrados no sistema de monitoramento como linha de base.

Alguns atores entrevistados questionaram a utilidade de que uma linha de base que esta sendo realizada no segundo ano do programa. Também foi questionada a pertinência de utilizar os três indicadores dos ODM, especialmente as taxas de mortalidade infantil e de vacinação, para medir os avanços de um programa multisetorial de segurança alimentar e nutricional com um amplo leque de atividades.

O plano de monitoramento e avaliação esta em processo de revisão para integrar as recomendações da missão do Secretariado do F-ODM de maio de 2011. O plano inicial tinha definidos indicadores por atividade (cada agencia tinha definido os indicadores das suas atividades), o qual não permitia analisar os avanços logrados na consecução dos resultados, nem avaliar o trabalho conjunto das agencias. As agencias da ONU estão a trabalhar conjuntamente na revisão deste plano a fim de estabelecer sinergias e complementaridades entre as atividades para lograr resultados conjuntos.

Articulação dos mecanismos administrativos e financeiros

Cada agencia da ONU tem os seus próprios mecanismos administrativos e financeiros, que em ocasiões, são bastante diferentes dificultando a implementação rápida, eficaz e coordenada das atividades do programa. Uma das dificuldades encontradas reside na impossibilidade de co-financiar uma atividade por duas ou mais agencias da ONU, o que contribuiria á lógica dos programas conjuntos. Por uma parte, não é possível transferir fundos de uma agencia a outra, e por outra, cada agencia segue processos diferentes com tempos diferentes, e todas exigem

⁵ O diagnóstico de percepção de direitos já foi realizado em Dourados e no Alto Solimões está em processo. O mesmo acontece com o etno-mapeamento que já foi realizado em Dourados e no Alto Solimões esta em processo. Os resultados dos diagnósticos finalizados encontram-se disponíveis no espaço colaborativo do PC.

ter o contrato assinado com a instituição provedora do serviço. Estes problemas administrativos estão causando atrasos e duplicação de esforços e recursos.

Apropriação do processo de implementação

O grau da apropriação do PC pela parte dos atores locais tem melhorado significativamente desde o início do programa, tanto no nível central como local. Atualmente existe uma maior compreensão do PC e das suas potencialidades como referencia de trabalho inter-setorial nas áreas indígenas.

Os atores locais estão interessados nas atividades do programa e colaboram ativamente aportando conhecimentos, recursos humanos e recursos financeiros⁶. Contudo, as agências da ONU continuam liderando a gestão e implementação das suas atividades nas duas regiões.

3.4 Sustentabilidade

Embora ainda cedo para delinear um cenário bem definido de sustentabilidade do PC, existem alguns elementos no programa, que se foram reforçados, poderiam contribuir definitivamente a que os benefícios da intervenção continuem uma vez que esta tenha finalizado.

A continuidade dos processos iniciados pelo PC e dos benefícios que se estão gerando vai depender, em grande medida, do grau de apropriação do programa pelas instituições governamentais e as comunidades indígenas. Pela parte das instituições governamentais, existe vontade política e recursos financeiros para poder continuar as ações e garantir a sua continuidade, mais ainda é necessário consolidar esta experiência piloto para que o governo possa analisar as boas praticas e lições apreendidas antes de replicar esta experiência em outras áreas indígenas.

O fortalecimento institucional, especialmente da FUNAI, e a articulação das ações com as políticas públicas como resultado do trabalho inter-setorial e coletivo são essências para lograr a consolidação do programa.

Deve-se destacar também a importância da criação das CONSEA municipais e a participação na CONSEA nacional como mecanismo para lograr a consolidação e sustentabilidade do programa.

4 Conclusões

As conclusões resultantes da informação compilada e da análise realizado são as seguintes:

1. A implementação do PC constitui um processo de aprendizagem complexo para as instituições governamentais e para as agências da ONU devido ao seu caráter multi-setorial e inter-agencial. A experiência representa um grande desafio para todos os atores que requiere de muita colaboração e cooperação.

⁶ Os custos de transporte, que no caso do Alto Solimões são muito elevados, são totalmente financiados pela SESAI. No nível central, os ministérios envolvidos no programa vão disponibilizar os seus comunicadores para colaborar na difusão do PC.

2. O PC é pertinente com as iniciativas do Governo brasileiro e com os objetivos e lógica dos programas conjuntos da Janela Temática Infância, Segurança Alimentar e Nutrição, na medida em que pretende melhorar as políticas públicas direcionadas aos povos indígenas através da intensificação do diálogo com suas lideranças e comunidades visando a realização progressiva dos direitos humanos dos povos indígenas.
3. O PC foi desenhado pelas agências da ONU em colaboração com as contrapartes governamentais do nível nacional, mais sem a participação real das instituições locais e as comunidades indígenas. Como resultado, o programa focalizou as suas atividades nas áreas de saúde e a nutrição, mesmo que são áreas que requerem uma atenção especial, não representam o problema mais grave que enfrenta o povo indígena nas áreas de intervenção esta relacionado com a falta de meios de vida sustentáveis (produção agrícola e atividades geradoras de renda) para além de outros problemas de índole social. A falta de participação no desenho tem contribuído á limitada apropriação do processo de implementação no nível local.
4. O PC tem experimentado avanços significativos desde finais de 2010, entre os que destacam os diagnósticos e a troca de saberes sobre diferentes temáticas (saúde, segurança alimentar, nutrição, capacidades produtivas, geração de renda, recursos naturais, direitos humanos...) realizados de maneira participativa para identificar a situação e as demandas das comunidades indígenas, com o objetivo de promover o planejamento coletivo de ações intersectoriais e a integração nas políticas publicas. A participação dos povos indígenas em fóruns de discussão locais e nacionais (CONSEA e a CONAETI), facilitada pelo Programa, constitui uma boa pratica no processo de empoderamento dos povos indígenas para exigir os seus direitos.
5. O PC, a traves dos diagnósticos realizados, dispõe de suficiente informação sobre os problemas e necessidades das comunidades indígenas nas áreas de intervenção para poder realizar uma revisão do programa a fim de alinhar as suas atividades com os interesses manifestados pelos povos indígenas, como estava previsto. Os diagnósticos, tem levantado muitas expectativas entre as comunidades pelo que se considera urgente realizar esta revisão do programa de maneira participativa.
6. O PC deve por mais ênfase no fortalecimento institucional para aumentar o acesso e melhorar os programas e políticas publicas direcionadas aos povos indígenas. A maioria das atividades realizadas estão mais relacionadas com o diagnostico da situação e a melhora no fornecimento dos serviços públicos. O papel do PC deve estar mais relacionado com o fortalecimento de capacidades a articulação inter-setorial com outros atores.
7. O sistema de governança estabelecido precisa ser reforçado. O PC carece de uma liderança com visão global do programa, capaz de dar coerência e procurar sinergias e complementaridades entre as numerosas atividades e produtos, para conseguir lograr resultados conjuntos. A coordenação entre as agências da ONU é limitada embora esta a melhorar ultimamente.
8. Os comitês locais criados para a coordenação do PC no nível local não funcionam devido a vários fatores: a ausência de um ponto focal que se responsabilizasse pela articulação dos atores locais, a falta de compreensão dos objetivos do PC por parte dos atores locais, e a falta de tempo de estes atores para participar ativamente nas

atividades. No obstante, os atores locais consideram necessário criar ou fortalecer um espaço inter-setorial para refletir e analisar coletivamente temas transversais que afetam a segurança alimentar dos povos indígenas.

9. Devido aos grandes atrasos na elaboração da linha de base e no plano de monitoramento e avaliação, não está a ser realizado o monitoramento do programa adequadamente e vai ser difícil medir o impacto. Os três indicadores selecionados para a linha de base (baixo peso, mortalidade infantil e vacinação) não estão diretamente relacionados com as atividades, produtos e resultados do programa, e os dados dos diagnósticos complementários ainda não foram trasladados a linha de base.
10. A harmonização dos procedimentos administrativos e financeiros das agências da ONU é essencial para uma implementação eficiente e eficaz dos programas conjuntos.

5 Recomendações

1. Recomenda-se realizar uma revisão em profundidade do PC respeito da sua formulação no PRODOC. Esta revisão tem dois objetivos principais: 1) alinhar as atividades com as demandas e necessidades apresentadas pelas comunidades indígenas nos diagnósticos realizados no marco do programa, e 2) melhorar a coerência e consistência das atividades para lograr resultados mais sustentáveis.
2. Para realizar esta revisão do programa recomenda-se organizar uma oficina com os principais atores envolvidos, tanto a nível nacional como local. Um facilitador com experiência em desenho de programas é clave para conseguir os resultados esperados. Em esta oficina se deveriam elaborar os seguintes produtos:
 - O plano de trabalho para os restantes 16 meses do programa (setembro 2011 – dezembro 2012), desagregado para as duas áreas de intervenção. Este plano deveria incluir atividades bem definidas e alguns indicadores chave de produtos e resultados. Se deveria valorar a pertinência e relevância de cada uma das atividades definidas no PRODOC que ainda não foram implementadas, e a consistência com resto das atividades. Os representantes das comunidades indígenas e das instituições governamentais poderão sugerir novas atividades, sempre que sejam coerentes com a lógica do PC e que existam os recursos necessários para sua realização.
 - O calendário de atuação para todo o período restante com prazos concretos de início e finalização das atividades com o intuito de estabelecer sinergias e maximizar os recursos.
3. Para poder obter os resultados esperados da oficina de revisão do PC é necessário que exista um trabalho preparatório, pelo que:
 - Recomenda-se às agências da ONU que realizem coletivamente uma atualização da execução orçamental do programa bem como uma revisão dos contratos assinados e dos fundos comprometidos por cada agência. De esta maneira, serão capazes de apresentar na oficina o ponto da situação do programa e a disponibilidade de fundos para ser realocados a atividades que o grupo considere prioritárias. Para a realização de este exercício interno das agências da ONU é

essencial que exista um grande espírito de colaboração, outorgando prioridade aos resultados do trabalho conjunto e às lições apreendidas nesta experiência piloto.

- Recomenda-se que às instituições governamentais que participam no programa que realizem previamente um análise conjunto das necessidades de fortalecimento institucional para definir ações concretas que poderiam ser incluídas no programa
4. Recomenda-se que uma vez aprovado o novo Plano de Trabalho se realize a revisão do Plano de Monitoramento e Avaliação para integrar indicadores concretos por produto e por resultado. Para monitorar os indicadores seria recomendável contar com um técnico de monitoramento, como estava previsto no PRODOC, encarregue de analisar e sistematizar os resultados e de elaborar e apresentar relatórios periódicos ao Comitê Gestor para que eventualmente possa tomar medidas corretivas.
 5. Recomenda-se a contratação urgente do coordenador do programa e dos dois consultores responsáveis da coordenação das atividades do PC nas duas áreas e de apoiar às Coordenações Regionais da FUNAI. O coordenador do programa devesse ter como única tarefa articular os produtos do programa entre as agências da ONU e apoiar a execução e monitoramento global das atividades do PC. O coordenador deveria estar baseado no escritório do Coordenador Residente da ONU em Brasília. Não deve confundir-se a figura do coordenador do programa com a do assessor solicitado pela FUNAI para o seu fortalecimento institucional, que também deveria ser contratado.
 6. Recomenda-se às agências da ONU avaliar o valor agregado da liderança compartilhada uma vez que se tenha contratado o coordenador do programa que assumirá parte das tarefas das agências líderes. A agência ou agências líderes deveriam atuar como porta-voz de todas as agências na interlocução técnica com o coordenador do PC e no diálogo político com as instituições governamentais.
 7. Recomenda-se avaliar a opção de utilizar o Comitê Gestor de Ações Indigenistas Integradas do Grande Dourados e reforçar o Comitê Regional da FUNAI em Alto Solimões para que atuem como espaços inter-setoriais de análise e reflexão das questões relacionadas com a segurança alimentar dos povos indígenas. Os comitês deveriam estar liderados pela FUNAI e abertos a todas as instituições interessadas em participar. Um espaço destas características deveria ser criado no nível central.
 8. Recomenda-se revisar o plano de comunicação e advocacy para incluir ações concretas de difusão das boas práticas do programa nas duas áreas de intervenção e um calendário de atividades. A consultora deveria visitar as áreas de intervenção e entrevistar aos principais atores como mecanismo de imersão na lógica do PC. Os materiais audiovisuais são essenciais para difundir os resultados entre as comunidades indígenas.
 9. Para melhorar o fluxo de informação entre os diferentes atores recomenda-se que todos os documentos e relatórios relevantes ao programa sejam difundidos no Espaço Colaborativo informando por email a todos os atores da disponibilidade dos mesmos. No caso que seja necessário receber comentários e contribuições dos parceiros, se deverão especificar os prazos que deverão ser razoáveis.

10. Recomenda-se organizar uma reunião entre os responsáveis administrativos e financeiros das agências da ONU para tentar harmonizar os procedimentos e lograr uma implementação mais eficaz das atividades.

ANEXO I

Documentos consultados para a elaboração do Relatório Final

- UNDP/Spain Millennium Development Goals Achievement Fund Framework Document
- MDGF Monitoring and Evaluation System
- MDGF Generic Terms of Reference for the mid-term evaluation of Children Food Security and Nutrition joint programmes
- Documento do PC
- Relatório Semestral 1/2010
- Relatório Semestral 2/2010
- Relatório financeiro 1/2010
- Relatório Semestral 1/2011
- Plano de Trabalho 2011
- Relatório da missão de monitoramento do Secretariado F-ODM junho 2010
- Relatório da missão de monitoramento do Secretariado F-ODM maio 2011
- Plano de Avaliação e Monitoramento
- Plano de Comunicação e Advocacy
- Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas
- Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional, Lei 11.346 de 15 de setembro de 2006
- Relatório da 4 Conferencia Nacional de Saúde Indígena, março 2006
- Documentos da III Conferencia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 2007
- Documentos preparatórios da IV Conferencia do CONSEA
- “Os direitos dos povos indígenas no Mato Grosso do Sul”, José Aylwin, 2009.

ANEXO II

Pessoas entrevistadas durante a missão

Nações Unidas⁷:

Jorge Chedieck – Coordenador Residente
Margarita Nechaeva- Escritorio CR
Arineide Pereira - UNICEF
Cristina Albuquerque - UNICEF
Juliana Ubarana - OPAS
Janine Coutinho - OPAS
Bernadino Vitoy - OPAS
Thais Fortuna - OIT
Maurício Mireles - FAO
Renata Oliveira - PNUD
Ione Santos - PNUD
Ville Peltovvori - PNUD

Instituições governamentais em Brasília

Roberta Fabiana Melo - FUNAI
Lilian Galette- FUNAI
Clarisse Machado- FUNAI
Liliane Cunha - FUNAI
Roberta Aguiar – SESAI-MS
Clara Freire SESAI-MS
Gisele Mene- SESAI-MS
Lissandra Pimentel- SESAI-MS
Núbia Silva - SESAI-MS
Rosalynd Moreira - SESAI-MS
Maria Da Penha Campos - MS
Kathleen Oliveira - MS
Daniella Prado - MDS
Michele Vasconcelos - PNH/MS
Mariela Silva - PNH/MS

Doador⁸

Alejandro Dourado - AECID

⁷ Algumas pessoas foram entrevistadas outras unicamente participaram na reunião de debriefing

⁸ Participou na reunião de debriefing

Visita ao Alto SOLIMÕES

Parceiros Locais em Tabatinga

Orlando Flath - Hospital de Guarnição de Tabatinga
Flavia Aguiar- Hospital de Guarnição de Tabatinga
Thalita Ferreira - Hospital de Guarnição de Tabatinga
Berenice Santos - Hospital de Guarnição de Tabatinga
Francinara Guimarães - SESAI/DSEI ARS
Roberto Veloso - SESAI/DSEI ARS
Valmir De Barros- FUNAI/Tbt
Francisca Tavares - IFAM/Tbt
Vlamir Seabra - IFAM/Tbt
Marinês Alves - IFAM/Tbt
Plínio Souza - SESAI/DSEI ARS
Ismael Costódio - FUNAI/Tbt
Leandro Amorim- IFAM/Tbt
Ivamilton Araújo - IFAM/Tbt

Lideranças Indígenas

Sebastião Nogueira - Condisi/ARS
Ofir Marculino-Conselheiro Distrital do Pólo Base de Feijoal/ Benjamin Constant
Alfredo Mendes -Conselheiro Distrital do Pólo Base Umariáçu I - Tbt
Isabel Fernandes- Coord Geral Ogmitas/Tbt
Esmeraldo Bastos - Técnico Enfermagem do Pólo Base
Osvaldo Mendes- Umariáçu I / Pres Idassi Filadélfia
Eládio Eurico- Liderança Indígena do Alto Solimões - Aiks
Galdino Ramos - Conselheiro Distrital do Pólo Base de Vendaval (Spo)
Mário Cruz- Conselheiro Distrital do Pólo Base Umariáçu II- Tbt
José Araújo Mendes - AIS/ Pólo Base de Umariáçu II - Tbt
Valcir Cordeiro - Liderança Vista Alegre Tbt
Adelina Fidelis - Liderança De Belém De Solimões

Agentes Indígenas de Saúde e Profissionais na Comunidade de Umariáçu II

João Dias
Rockson Fortes
Telé Araújo
Nislene Selestino
Clotilde Bastos
Gelsinéia Antônio Mendes
Ivaneide Nogueira
Eliza Silva
Eliana Fortes
Agetan Horácio

Cuidadores Tradicionais (Parteiras E Pajés)

Manoel Do Carmo
Sebastião Pedroza
Lázaro Ramos
Francisco Batista
Nazita Araújo
Nazaré Silva
Renê Pinto

Funcionários da Coordenação da FUNAI em Tabatinga

Lívia Campos
Pedro Cruz
Francisco Macedo
Leopoldo Dias
Alírio Moraes
Hermízia Pedroza

São Paulo de Olivença (SPO)

Margarete Souza
Fabio Texeira
Roberto Veloso
Francinara Medeiros

Profissionais de Saúde em SPO

Marivana Monteiro
Raquel Cuerci
Juliana Silva
Nágila Melo
Armando Guedes
Gelso Silva
Manoel Guedes
Simão Guedes
Noé Guedes
Henrique Mariano
Denise Genésio
José Almeida
Vadalga Da Silva
Belenzinho Brito
João Lucas
Izaías Rosendo
Adriana Inacio
Manoel Arnaldo Da Silva
Mario Macário
Danilo Macário
Demetrio Avelino
Valdenor Tomaz
Flórida Bilitão

Edson Pandeiro
Cristóvão Coelho
Abel Marcelino
Eronilde De Souza
Francineia Guedes
Geruzete Macário
Vanderléia Macário
Roberto Macário
Pedro Ribeiro
Ismael Costódio
Pedro Custódio

Vista a DOURADOS

Parceiros Locais em Dourados

Zelik Trajber - SESAI/DSEI MS
Maria Aparecida Mendes - FUNAI
Anastácio Peralta - FUNAI Dourados
João Ferreira - Prefeitura De Dourados
Diógenes Cariaga - FUNAI Dourados
Sílvio Ortiz - SESAI/DSEI MS
Liliane Silva - SESAI/DSEI MS

Pólo Base de Dourados

Sheila Prado
Isaias Dutra
Liliane Silva
Dafne Veiga

Universidades e Parceiros Locais

Antônio Hilário Urquiza - UFMS
Adriana Teruys - UFMS
Beatriz Santos -UFMS

Mulheres Indígenas

Isabel
Ana Kelly
Mayone Souza
Priscila Duarte
Macill Barboza
Benício
Edite Santos
Dilma Souza
Dariane Souza
Rozinete Oliveira
Ana Dorina

Getúlio
Estela

Profissionais de Saúde

Andréia Cabreira
Jucilene Fernandes
Danielle Dresd
Antônio Passoni
Priscila Maciel
Sheila Prado
Katia Oliveira
Marisa Gonçalves
Antônia Ferreira
Ade Vera
Oscarlos Maciel
Isnaide Silva
Lucimar Garcia
Sarita Gonçalves
Liliane Silva
Dafne Veiga
Eliana Machado
Lilian Pontes

ANEXO III
Comunidades visitadas

ALTO RIO SOLIMÕES

Aldeias Umariçu II - Tabatinga
Vendaval – São Paulo de Olivença
Campo Alegre – São Paulo de Olivença

DOURADOS

Aldeia Bororo – Dourados
Aldeia Jaguapiru - Dourados
Aldeia Panambizinho - Dourados

Segurança Alimentar e Nutricional de Mulheres e Crianças Indígenas no Brasil
Rascunho do Relatório Final da Avaliação do Meio Termo

ANEXO IV										
Agenda da missão de avaliação										
1 - 12 Agosto 2011										
Month / d	Local	Início	Fim	Atividade	Instituição	Name	Temas	Confirmação		
BRASILIA - DF										
01/08/2011	FUNAI	10:00	12:00	Reuniao com Comitê Gestor	OPAS UNICEF PNUD OIT FAO FUNAI SESAI MDS	Arineide, Juliana, Renata, Maurício, Thais, Fabiana, Clara, Daniela e os respectivos coordenadores	Gestao e particularidades etnicas e de logistica e de segurança			
		12:30	14:00	Almoco						
	FUNAI	14:00	16:00	Reuniao com parceiros governamentais	MDS, FUNAI, SESAI, MMA, MEC e PNH.		Fortalecimento institucional e do comite gestor, rearranjo da governanca, articulacao intra e extra governamental			
		PNUD	16:30	17:00	Entrevista com PNUD: 15 a 20min	PNUD	Renata Oliveira	Esforço para a implementação de ações integradas		
	E/CR	17:00	18:00	Reuniao com Coordenador Residente	PNUD	Jorge Chediek	PC SAN no Brasil			
		18:00		Jantar e deslocamento aeroporto						
		21:00		Voo Brasilia Manaus						
MANAUS - AM										
02/08/2011		23:00		Chegada em Manaus e Check in						
		8:30		Deslocamento hotel aeroporto						
		11:30		Voo Manaus Tabatinga						
TABATINGA - AM										
	IFAM	13:00		Chegada Tabatinga e check in						
		15:30		Reuniao com parceiros locais	FUNAI/AM DSEI Alto Solimões, Prefeitura Hospital de Guamaico (a confirmar) e IFAM		Ações do PC até o momento; Material de apoio: Resumo dos resultados do PC			
		FUNAI	17:00		Entrevista com Gestores do Distrito Sanitário Especial Indígena (Saúde) e FUNAI regional (Social)	MS - DSEI MU - FUNAI	Ismael, Plínio, Dr. Roberto, Leopoldo, Lúcia			
			19:00		Jantar e Descanso					
03/08/2011	IFAM	8:30		Reuniao lideranças indígenas	Etnia Ticuna / Benjamin Constante (Aldeias Filadelfia e Feijoi) e Tabatinga (Aldeias Umariapu 1 e 2 e Belém do Solimões)	Sebastião Ramos Nogueira, Mario Cruz Ferreira, Jose Mendes, Ofrí Fidels, Isabel Fernandes, João Farias, José Gaspar, Robson, Osvaldo Mendes	Ações do PC SAN, promovendo a participação de lideranças, prefeitura, AIS cuidadores tradicionais em reuniões e oficinas, é importante? Contribui para melhoria da SAN?; atividades de troca de saberes, levantamento de demandas, humanização. Ações do PC até o momento; (Material de apoio: Resumo dos resultados do PC)			
		12:00		Almoco						
	IFAM	14:00		Entrevista com o IFAN		Diretor do IFAN Hamilton ou Vlamir	Cursos de agroecologia, disseminação da convenção 169 e disseminação da declaração dos PI e publicações em Ticuna que o PC SAN vai propiciar			
	IFAM	15:30		Entrevista com Liderança Indígena de Umariapu - Mario Cruz		Mario Cruz	Ações do PC SAN, promovendo a participação de lideranças, prefeitura, AIS cuidadores tradicionais em reuniões e oficinas, é importante? Contribui para melhoria da SAN?(Material de apoio: Resumo dos resultados do PC); troca de saberes, levantamento de demandas, humanização			
IFAM	17:00		Entrevista com Liderança Indígena e Vereador - Sabá		Vereador Sabá	Ações do PC SAN, promovendo a participação de lideranças, prefeitura, AIS cuidadores tradicionais em reuniões e oficinas, é importante? Contribui para melhoria da SAN?(Material de apoio: Resumo dos resultados do PC)				
04/08/2011	Umariapu 2	8:30		Reuniao Agentes Indígenas de Saúde e Profissionais de Saúde		Waldemar da Silva, Izaias Neri dos Santos, Nilzoney Faria de Souza, Tatiana Passos dos Santos, Marlireres Camello, Bill Maxuel Pereira de Palva Felix, Sara Felix Mestancio, Elaine Cunha de Carvalho, Nazareno da Costa Gomes, Tele Araujo Cordeiro, Agetan Horacio Prado de Sousa, Nilisene Aparicio	Ações do PC que acompanham: troca de saberes, levantamento de demandas, humanização. O PC SAN propiciou participação dos Cuidadores tradicionais nas atividades com os profissionais de saúde, essa participação é importante, por que? (Material de apoio: Resumo dos resultados do PC)			
		10:30		Deslocamento Umariapu						
	Umariapu 2	11:00		Entrevista com Cuidados Tradicionais (Curandeiros e Parteiros)			O PC SAN propiciou participação dos Cuidadores tradicionais nas atividades com os profissionais de saúde, essa participação é importante, por que? (Material de apoio: Resumo dos resultados do PC)			
		12:30		Almoco						
		14:00		Check out e deslocamento Fluvial para S Paulo de Olivença						
S PAULO de OLIVENÇA - AM										
04/08/2011		18:00		Chegada em SPO e check in						
		19:00		Jantar e Descanso						
05/08/2011	Prefeitura	8:30		Entrevista com Prefeito e Secretaria Municipal de Saúde		Margarete e Raimundo Nonato	Ações do PC SAN, promovendo a participação de lideranças, AIS cuidadores tradicionais, prefeitura, é importante? Contribui para melhoria da SAN? (Material de apoio: Resumo dos resultados do PC)			
		Pólo Base	10:00		Entrevista com Vereador Francisco		Vereador Francisco	Ações do PC SAN, promovendo a participação de lideranças, prefeitura, AIS cuidadores tradicionais em reuniões e oficinas, é importante? Contribui para melhoria da SAN?		
	Pólo Base	11:00		Entrevista com Presidente da OGPTB - José Custódio		José Custódio	O que acha da promoção e disseminação da declaração dos PI e da C 169 e das publicações que estão em Ticuna que o PC SAN irá propiciar?			
	12:00		Almoco							
	casa de apoio que será reformada	14:00		Visita a futura Casa de Apoio a Saúde do Indio (CASA) e reuniao com a Agentes Indígenas de Saúde (AIS)		Siribos Marcos Ortegui, Edson Aymane Batalha, Abel Marcelino Macario, Jucelina de Souza Coelho	Ações do PC SAN, promovendo a participação de lideranças, prefeitura, AIS cuidadores tradicionais em reuniões e oficinas, é importante? Contribui para melhoria da SAN?			
		15:00		Deslocamento para o local da reunião						
	Casa Paroquial	15:30		Reuniao com Lideranças Cocama, Kambéba, Ticuna, Caixana			Ações do PC SAN, promovendo a participação de lideranças, prefeitura, AIS cuidadores tradicionais em reuniões e oficinas, é importante? Contribui para melhoria da SAN?; Capacitação POPPI, Levantamento de demandas, Carteira Indígena, humanização			
		18:00		Deslocamento para SPO						
06/08/2011		19:00		Jantar e Descanso						
		7:30		Deslocamento Fluvial SPO a Aldeia Vendeval						
Aldeia VENDEVAL - AM										
	Escola	9:00		Reuniao com a Comunidade Ticuna e observação direta da aldeia		Lideranças, AIS, pessoas da comunidade, diretora da escola	Ações do PC SAN - oficinas realizadas contribuem para a melhora da qualidade de vida da comunidade?			
		12:00		Almoco						
		14:00		Deslocamento Fluvial Aldeia Vendeval a Tabatinga						
TABATINGA - AM										
07/08/2011		14:15		Deslocamento Tabatinga Manaus						
08/08/2011		0:25		Deslocamento MAO - GO						
		9:30		Deslocamento terrestre CG- Dourados						

Segurança Alimentar e Nutricional de Mulheres e Crianças Indígenas no Brasil
Rascunho do Relatório Final da Avaliação do Meio Termo

	DOURADOS - CG					
		16:00	Reuniao com parceiros (DSEI FUNAI e Prefeitura (Secretaria Saude e agricultura)			
		18:00	Jantar e Descanso			
09/08/2011	Polo base	8:30	Entrevista com com o ponto focal do Distrito Sanitário Especial Indígena DSEI - (a confirmar com Nelson Salazar)			Ações de fortalecimento institucional do PC SAN
	FUNAI	10:00	Reuniao com núcleo de assuntos indígenas da prefeitura + Silvio Ortiz	Fernando Terena, Aguilera e Silvio Ortiz		Banco de Alimentos e CONSEA
	FUNAI	11:00	Entrevista com a Chefe do Escritório Regional FUNAI	Lia Mendes		Ações de SAN nas aldeias antes e depois do PC SAN
		12:30	Almoço			
	UFGD (Unidade I)	14:00	Reuniao com Universidades parceiras	Antônio Dari, Diógenes, Lovi, Bazé, Brand, Hilário, Motti e Bia Landa		Articulações que o PC SAN está propiciando: AIPA; REDE DE SABERES, INFÂNCIA INDÍGENA, TRADIÇÕES, DISSEMINAÇÃO DECLARAÇÃO E C. 169, DIAGNÓSTICO PERCEPÇÃO DIREITOS (LB), PSICULTURA
	UFGD (Unidade I)	16:00	Entrevista com Jerusa Cariaga	Jerusa Cariaga Alves		Fortalecimento da agricultura tradicional dos grupos familiares
	Sede da AJI	17:00	Reuniao com a Ação Jovens Indígenas - AJI	Tico, Ana Cláudia, Jaqueline e Lou		Documentação das ações do PC SAN, percepção dos jovens
		19:00	Jantar e Descanso			
10/08/2011		7:30	Deslocamento a Aldeia			
	Aldeia BORORO - CG					
		8:00	Observação direta às hortas escolares, tanque de piscicultura e Pró-Jovem Rural	Diretor da Escola, Davi, Renan e Fábio		Observação direta das ações: Visão de um jovem que não quer sair da aldeia
	NAM da aldeia	10:00	Reuniao com grupo de mulheres beneficiarias da Carteira Indígena	Grupos da D. Edite, da D. Priscila e da D. Alda.		Organização e qualidade de vida a partir do PC SAN
	NAM da aldeia	11:30	Reuniao com Agentes Indígenas de Saúde			As ações do PC SAN, tem promovido melhoria de trabalho e da situação de saúde da comunidade? (Material de apoio: Resumo dos resultados do PC)
	Dourados	13:00	Almoço			
	Aldeia Panambizinho - CG					
		14:00	Reuniao com a Comunidade de Panambizinho e Conselho Indigenista Misionario CMI (conversar com a Leda e o Reginaldo)	Comunidade indígena		Projeto IVY AKANIRÉ
	DOURADOS - CG					
		17:30	Retorno a Dourados			
		19:00	Jantar e Descanso			
11/08/2011	Brasilia		Deslocamento Dourados Campo Grande Brasilia			
	BRASILIA - DF					
12/08/2011	PNUD	9:00	Debriefing com o Comitê Gestor do PC às 9:00 hs			Relato do que foi observado no campo
	Brasilia	12:30	Almoço			
12/08/2011	Brasilia		Retorno a Espanha			

ANEXO V

Parceiros das agências da ONU e contratos assinados

A seguir se inclui uma lista dos parceiros das agências da ONU participantes no PC e dos contratos assinados até a data⁹:

1. PARCEIROS DO PROGRAMA CONJUNTO:

Parceiros Nacionais: Órgãos Governamentais Federais, Conselhos Nacionais, Organizações não governamentais, Fóruns Nacionais:

Ministério da Saúde, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), Ministério da Educação (MEC), Ministério do Meio Ambiente (MMA), Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI), Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil (CONAETI), Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), Ministério Público do Trabalho, (MPT), Ministério Público da União (MPU), Rede Internacional em Defesa do Direito de Amamentar: International Baby Food Action Network – Brasil (IBFAN – Brasil), Universidade Federal da Grande Dourados Secretaria Nacional de Defesa Civil, Ministério da Defesa (Exército e Hospital de Guarnição de Tabatinga), Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Instituto Federal do Amazonas (IFAM), Universidade Federal do MS (UFMS).

Parceiros Estaduais

Governo do Estado do MS, Secretaria de Saúde do Estado do MS, Distrito Sanitário Especial Indígena do Mato Grosso do Sul (DSEI-MS), Conselho Distrital de Saúde Indígena do Mato Grosso do Sul (CONDISI-MS), Secretaria Estadual de Assistência Social do MS, Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS), Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), Coordenação Regional da FUNAI em Dourados, Delegacia Regional do Trabalho (DRT), Conselho Estadual da Criança e do Adolescente do MS, Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do MS (CONSEA), Governo do Estado do AM, Secretaria de Saúde do Estado do AM, Distrito Sanitário Especial Indígena do Alto Rio Solimões (DSEI ARS), Conselho Distrital de Saúde Indígena do Alto Solimões (CONDISI), Secretaria de Estado e Assistência Social do AM, Coordenação da FUNAI na Região do Alto Rio Solimões, Secretaria de Estado dos Povos Indígenas (SEIND), Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do AM (CONSEA), Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), Secretaria de Estado da Educação do AM, e Universidade Estadual do Amazonas (UEA).

Parceiros Locais

Dourados:

Coordenação Regional da FUNAI em Dourados, Prefeitura Municipal de Dourados, Polos Base das comunidades participantes no PC, Universidade da Grande Dourados (UNIGRAN), Associação dos Jovens Indígenas (AJI), Associação Indígena Kategua, e a Associação das Mulheres Indígenas de Dourados (AMID), NEPPI/ UCDB (Núcleo de Estudos e Pesquisas com Populações Indígenas da Universidade Católica Dom Bosco), I, a Carteira Indígena (Ministério

⁹ Informações fornecidas pelos pontos focais das agências da ONU

do Meio Ambiente) e a Superintendência de Pesca e Aquicultura do Mato Grosso do Sul (MPA), AGRAER, Secretaria de Agricultura da Prefeitura Municipal de Dourados, Associação de Jovens Indígenas (AJI), CIMI (Conselho Indigenista Missionário), CIMI (Conselho Indigenista Missionário)

Alto Solimões:

Coordenação Regional da FUNAI do AS, Prefeitura Municipal de Tabatinga, Rádio Alto Solimões, Pólos Base das comunidades participantes no PC, Jornal do Alto Solimões, Pastoral da Criança na região do Alto Rio Solimões, Oficina Escola de Luthéria da Amazônia – O E L A, Prefeitura de São Paulo de Olivença e Prefeitura Municipal de Benjamin Constant. CGTT (Conselho Geral da Tribo Ticuna), FOCCITT (Federação das Organizações e Caciques de Comunidades Indígenas da Tribo Ticuna), OGMITA (Organização Geral das Mulheres Indígenas Ticuna do Alto Solimões), OGPTB (Organização Geral dos Professores Ticuna Bilingue), OTMM (Organização Toru Mau y Meu), AITRASP – AS (Associação dos Trabalhadores da Saúde Pública Indígena do Alto Solimões no Estado do Amazonas), ACISPO (Associação dos Caciques Indígenas de São Paulo de Olivença), OGCIPC (Organização Geral das Comunidades e Caciques do Povo Cocama), IFAM (Instituto Federal da Amazônia), UEA (Universidade Estadual do Amazonas), UFAM (Universidade Federal do Amazonas),

2. CONTRATOS:

1. UNICEF

Contratos em DOURADOS:

- Escola de Conselhos /UFMS/FAPEC – para realização das oficinas troca de saberes sobre os direitos e os cuidados com as crianças, construção de cartilha sobre os direitos e cuidados com as crianças e oficinas de diagnóstico da situação de humanização dos serviços de saúde e sobre etnicidade e humanização em Saúde Indígena.
- Escola de Conselhos/UFMS/FAPEC. Para realizar o diagnóstico de percepção de direitos em Dourados e capacitação da equipe que fará o diagnóstico na região do alto Solimões.
- UNIGRAN: Centro Universitário da Grande Dourados: para realizar oficinas de comunicação popular com os jovens nas escolas (em parceria com a OIT e a FAO).

Contratos em ALTO SOLIMÕES

- Contrato por meio de Termo de Cooperação (TC) com a Oficina Escola de Luthéria da Amazônia (OELA) para atividades gerais do escritório do UNICEF em Manaus e para as atividades do PC SAN em 2010 (realização das oficinas troca de saberes sobre os direitos e os cuidados com as crianças, construção de cartilha sobre os direitos e cuidados com as crianças e oficinas de diagnóstico da situação de humanização dos serviços de saúde) que fomentou a parceria com a OIT na realização das oficinas de troca de saberes sobre os direitos e os cuidados com as crianças e disseminação da Convenção nº 169).
- Contrato de pessoa física, que atua como ponto focal de comunicação para as atividades do Programa Conjunto para as duas regiões.

- Contrato de prestação de serviços de alimentação e hospedagem para realização da Oficina para Diagnóstico da situação de humanização dos serviços de saúde em São Paulo de Olivença-AM, em 2011 (feita após a oficina de levantamento de demandas da OPAS para otimizar recursos dos parceiros governamentais)
- Contratos em processo: contrato com o Instituto de Desenvolvimento Social Dom Adalberto Marzi para as Oficinas de humanização dos serviços de saúde, finalização e impressão da cartilha Ticuna sobre os direitos e os cuidados com as crianças indígenas; e contrato com profissional vinculado a UEA (Universidade Estadual do Amazonas) para realização do diagnóstico de percepção de direitos com).

2. OIT

Contratos em DOURADOS:

- **Contrato de Serviço com a UNIGRAN:** Tradução, revisão e validação dos textos da Convenção nº 169 sobre povos indígenas e tribais e Resolução referente à OIT, da Convenção 138 e Recomendação 146 sobre idade mínima para o trabalho, e da Convenção 182 e Recomendação 190 sobre a proibição das piores formas de trabalho infantil, nas línguas indígenas Guarani, Kaiowá e Terena, etnias da região de Dourados.
- **Contrato de Serviço com empresa de transporte:** Serviços de transporte para os participantes da “Oficina de divulgação da Chamada de Projetos junto às Mulheres Indígenas”, no contexto das atividades relacionadas a Carteira Indígena
- **Contrato de Serviço com a UFMS/FAPEC:** Apoio às associações de mulheres indígenas visando a elaboração de projetos a serem apresentados à Carteira Indígena, em virtude do edital “Chamada pública de Projetos Junto às Mulheres Indígenas”

Contratos em ALTO SOLIMÕES

- Contrato de Serviços com a OELA: Organização e sistematização da “Oficina para promoção de troca de saberes, na atenção à criança de 0 a 6 anos”, para os Agentes Indígenas de Saúde, na Região do Alto Solimões, no contexto da Convenção nº 169 da OIT, da Declaração das Nações Unidas para os Povos Indígenas e dos Direitos da Criança e do Adolescente
- Contratos com Pessoa Física:
 - Apoio às associações de mulheres indígenas participantes da “Oficina de Divulgação da Chamada de Projetos Junto às Mulheres Indígenas”, visando a elaboração de projetos a serem apresentados à Carteira Indígena, em virtude do edital “Chamada pública de Projetos Junto às Mulheres Indígenas”
 - Articular com os especialistas na língua Ticuna da região o trabalho de tradução da convenção nº 169 da OIT.
- Contrato de Serviços com o IFAM (em fase de aprovação interna): Conduzir o processo de tradução do texto da Convenção nº 169 da OIT e de revisão da Cartilha sobre os direitos e os cuidados com as crianças e adolescentes”, em língua Tikuna, junto à OGPTB.

3. PNUD

Contratos em DOURADOS:

- Contrato com a Coperplan, para a recuperação de 13 tanques de piscicultura nas aldeias de Jaguapiru e Bororó.
- Contrato, em parceria com a FAO para a confecção de camisetas, locação de transporte para os intercâmbios e compra de mudas (de plantas) e ferramentas para as atividades agrícolas
- Contratação de três consultorias (pessoa física) para compor a equipe técnica do PC SAN na região de Dourados
- Contratação de consultoria (pessoa física) para auxiliar na elaboração do Plano Anual de Trabalho em Etnodesenvolvimento da Coordenação Regional da FUNAI

Contratos em ALTO SOLIMÕES

- Contrato com um consultor senior para trabalhar com as famílias extensas das aldeias Jaguapiru, Bororó e Panambizinho em temas relacionados com a diversificação de cultivos agrícolas, eficiência hídrica e energética em pequenos espaços, durante os próximos seis meses. Este consultor também irá fazer a formação da equipe técnica que vai dar assistência técnica às estas aldeias (1 engenheira agrônoma, 1 biólogo, 3 técnicos agrícolas e 1 articuladora para Panambizinho) - ação em conjunto com FAO e OIT.
- Contratação de consultoria (pessoa física) para auxiliar na elaboração do Plano Anual de Trabalho em Etnodesenvolvimento da Coordenação Regional da FUNAI
- Contratação de consultoria (pessoa física) para etnomapeamento de algumas aldeias da região do Alto Solimões

4. FAO

Contratos em DOURADOS e ALTO SOLIMÕES

- Contrato com 2 consultores, em parceria com o PNUD, para realizar o etnomapeamento de capacidades produtivas, tradições agrícolas, geração de renda e situação dos recursos naturais. Consultoria finalizada em Dourados e em andamento no ARS.
- Contrato de uma consultora operacional e administrativa para apoio ao estabelecimento de hortas escolares, uma consultora em meio ambiente e hortas escolares, uma consultora especialista em hortas escolares (Formação de professores) e um técnico agrícola para acompanhamento das atividades referentes as hortas escolares nas 7 escolas indígenas de Dourados.
- Contrato de um biólogo e 2 técnicos agrícolas para promover experiências diversas de produção agrícola, recuperação ambiental e geração de renda em Dourados (em parceria com PNUD e OIT). Após a finalização do etnomapeamento na região de ARS será construída uma consultoria para apoiar a articulação das cadeias produtivas de alimentos, em parceria com PNUD e OIT.
- Contrato com 1 consultores para Dourados e Alto Solimões para realizar a documentação dos desafios para aproximação das políticas públicas PAA e PNAE aos povos indígenas, focando nas regiões de atuação do PC. O consultor também está a apoiar a conformação do CONSEA Municipal (consultoria da FAO em parceria com o PNUD e a OPAS)

5. OPAS

Contratos em DOURADOS e ALTO SOLIMÕES

Contrato pessoa física:

- Contrato com 1 consultor para desenhar e aplicar a metodologia de estruturação dos Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional em municípios partícipes do PC SAN.
- Contrato com 1 consultor para organizar e sistematizar as oficinas de Levantamento de Demandas e os estudos que compõem a linha de base do PC SAN
- Contrato com 1 consultor para harmonizar as ferramentas de informação (SISVAN e tabnet) com relação aos dados de estado nutricional, bem como para avaliar o ambiente SISVAN indígena com vistas a propor sua melhoria e estratégias de integração com o SISVAN web.
- Contrato com 1 consultor para realizar estudo descritivo sobre políticas e ações de SAN no nível nacional e nos municípios partícipes do PC.
- Contrato com 1 consultor para definição da estrutura e registro dos conteúdos do PC SAN na Plataforma JOOMLA (versão 1.5) do site da OPAS
- Contrato com 1 consultor para capacitar profissionais de saúde em Vigilância Alimentar e Nutricional e para analisar informações sobre o estado nutricional de crianças e gestantes indígenas de Dourados e do Alto Solimões, coletadas no ano 1 do PC (linha de base).
- Contrato com 1 consultor para conduzir a elaboração do projeto de avaliação e monitoramento do PC SAN e acompanhar o seu desenvolvimento ao longo do PC.

Contrato pessoa jurídica:

- Contrato com a Rede Internacional em Defesa ao direito de amamentar – IBFAN – para realização de atividades de fortalecimento do aleitamento materno e da alimentação complementar nas duas regiões do PC SAN;
- Contrato com Instituto de Medicina Integral Professor Fernando Figueira – IMIP – para capacitação de profissionais de saúde das duas regiões do PC SAN com relação às Ações Integradas de Doenças Prevalentes da Infância – AIDPI.